



COMPLEXO HOSPITALAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, 255, HU-CFF - Bairro Cidade Universitária
Rio de Janeiro-RJ, CEP 21941-913
- <http://ch-ufrj.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23877.018126/2025-93

TERMO DE REFERÊNCIA - PREGÃO SRP

AQUISIÇÃO DE BENS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a aquisição de Equipamentos médico-hospitalares (EMH) e assistenciais, a fim de atender as necessidades do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CH-UFRJ/Ebserh), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh), conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, conforme o artigo 21 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 (alterar redação)

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh foi criada por meio da [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

2.2. A Ebserh é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

2.3. Trata-se da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui a Administração Central da empresa e 45 Hospitais Universitários Federais - HUFs, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.

2.4. Os hospitais da Rede Ebserh exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.

2.5. O CH-UFRJ/Ebserh é vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro e está inserido na rede de hospitais cuja gestão é realizada pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh. Atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do município do Rio de Janeiro e região, observando sua contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.

2.6. Este processo trata do registro de preços para eventual aquisição de **Equipamentos médico-hospitalares e assistenciais**, com o objetivo de repor os estoques no CH-UFRJ/Ebserh, visando manter o pleno funcionamento das atividades organizacionais e cumprir com a missão de promover, de forma integrada, o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

2.7. Esta aquisição ocupa um papel de destaque dentro do complexo sistema de compras de um Hospital, uma vez que são bens imprescindíveis a uma assistência que prime pela qualidade e excelência dos serviços ofertados. Os equipamentos médico-hospitalares e assistenciais são fundamentais para o adequado funcionamento de diversos serviços, sendo utilizados em atividades de diagnóstico, tratamento e acompanhamento clínico dos pacientes. Os bens a serem adquiridos atenderão às demandas de diversos setores do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro, abrangendo:

- Hospital Universitário Crementino Fraga Filho
- Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG)
- Maternidade Escola da UFRJ

A padronização e modernização desses equipamentos contribuirão significativamente para a melhoria da qualidade do atendimento, a redução de filas e o aumento da resolutividade dos serviços oferecidos por essas unidades.

2.8. As justificativas para aquisição de cada item do presente Termo de Referência constam no Quadro 1.

2.9. Adicionalmente, pode-se afirmar que o objeto desta aquisição contempla bens permanentes de natureza estratégica para o suporte às ações de saúde, cuja ausência pode comprometer significativamente a continuidade e a qualidade dos atendimentos. A indisponibilidade desses equipamentos pode resultar na suspensão de consultas, exames e procedimentos, impactando diretamente a assistência prestada aos pacientes e dificultando o cumprimento da missão institucional de oferecer um serviço público de saúde resolutivo, humanizado e de excelência.

2.10. Portanto, a ausência dos bens objeto deste Termo de Referência acarretaria consequências graves ao atendimento dos usuários assistidos, uma vez que poderia resultar em atrasos no diagnóstico e tratamento de doenças, com potencial agravamento dos quadros clínicos, aumento da demanda reprimida e, consequentemente, elevação dos custos assistenciais. Além disso, a necessidade de contratações emergenciais, em decorrência da falta de planejamento ou reposição adequada, pode gerar despesas adicionais e comprometer a eficiência da gestão pública.

2.11. Não obstante, a utilização de registro de preços é mais conveniente para a organização, pois permite contratações futuras, com previsão de entregas parceladas, levando em consideração a frequência das aquisições, médias de consumo e a dificuldade em se definir previamente o quantitativo a ser demandado, estando em conformidade com o artigo 3º, I, II e V, Decreto nº 11.462/2023.

2.12. A aquisição do objeto deste Termo de Referência encontra amparo legal no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH - RLCE 2.0, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. (alterar).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados pelas empresas e são facilmente comparáveis entre si, já que possuem padrões de desempenho e de características gerais similares, de modo a

permitir objetivamente uma decisão de compra, com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado.

3.2. O procedimento para a aquisição será conduzido através de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP, critério de julgamento menor preço, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Rede Ebserh - RLCE 2.0, objetivando a assinatura e atas de registro de preços, que permitirão as contratações pelas unidades participantes.

3.3. A completa descrição da solução, foi extraída dos Estudos Técnicos Preliminares, com eventuais atualizações decorrentes do seu amadurecimento.

3.4. Com base no levantamento realizado e aprovado pelo Colegiado Executivo do CH-UFRJ, serão adquiridos os seguintes equipamentos, com seus respectivos quantitativos:

Item	Grupo	Catmat	Descrição do equipamento	Unidade de fornecimento	Qtd. HUCFF	Qtd. IPPMG	Qtd. ME	Total CH-UFRJ	Qtd. HUGG-UNIRIO	Total Geral
1	Não se aplica	615951	Fotóforo/frontolux para ORL	Unidade	2	2	2	6	3	9
2	Não se aplica	615953	Fotóforo/frontolux para ORL com câmera	Unidade	2	2	0	4	2	6
3	Não se aplica	478187	Otoscópio Clínico Portátil	Unidade	5	10	3	18	10	28
4	Não se aplica	610827	Otoscópio Pneumático	Unidade	5	2	1	8	5	13
5	Não se aplica	460903	Aspirador cirúrgico elétrico móvel (otorrinolaringologia)	Unidade	5	3	1	9	5	14
6	Não se aplica	361922	Impedanciômetro	Unidade	1	1	1	3	1	4
7	Não se aplica	421487	Bera Completo	Unidade	1	1	0	2	1	3
8	Não se aplica	304491	Otoemissão Acústica	Unidade	1	1	0	2	1	3
9	Não se aplica	421487	Bera Automático	Unidade	1	1	1	3	1	4
10	Não se aplica	426022	Impedânciometro Portátil	Unidade	1	1	1	3	1	4
11	Não se aplica	376080	Audiômetro	Unidade	10	1	0	11	5	16
12	Não se aplica	615492	Sistema de polissonografia domiciliar tipo III	Unidade	4	0	0	4	4	8
13	Não se aplica	604853	Actígrafo	Unidade	10	0	0	10	15	25
14	Não se aplica	615814	Posturógrafo, diagnóstico e reabilitação	Unidade	2	0	0	2	2	4
15	Não se aplica	424159	Video-Head Impulse Test (VHIT)	Unidade	1	0	0	1	1	2
16	1	454246	Set de vídeoendoscopia	Unidade	0	1	0	1	2	3
17		456638	Nobreak	Unidade	0	1	0	1	2	3
18		317006	Estante rack	Unidade	0	1	0	1	2	3
19		633278	Nasofibroscópio 2,8mm	Unidade	0	3	0	3	2	5
20		633281	Nasofibroscópio 3,4mm	Unidade	0	1	0	1	2	3
21	2	454246	Set de vídeoendoscopia	Unidade	0	1	0	1	1	2
22		456638	Nobreak	Unidade	0	1	0	1	1	2
23		317006	Estante rack	Unidade	0	1	0	1	1	2
24		633275	Videobroncoscópio 2,8mm	Unidade	0	2	0	2	1	3

3.5. As especificações técnicas detalhadas de cada item seguem abaixo:

Item	Grupo	Catmat	Descrição do equipamento	Unidade de fornecimento	Quantidade	Justificativa para a aquisição
			FOTÓFORO/FRONTOLUX PARA ORL			A aquisição de um fotóforo (iluminação frontal) é de caráter indispensável para a estruturação e a continuidade do atendimento otorrinolaringológico nesta unidade. Atualmente, não dispomos de um equipamento próprio em condições de uso, o que inviabiliza a realização de um exame clínico adequado e seguro.

1	Não se aplica	615951	<p>FOTÓFORO, TIPO:CAPACETE REGULÁVEL CIRCUNFERÊNCIA E ALTURA CABEÇA, TIPO LÂMPADA:LED, POTÊNCIA:MÍNIMO DE 3 W, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:C/ AJUSTE INTENSIDADE LUZ, S/ FIO, LÂMPADA / VIDA ÚTIL:CERCA DE 20.000 H, ALIMENTAÇÃO:BATERIA RECARREGÁVEL.</p> <p>Características Adicionais: Com iluminação coaxial; com regulagem de luminosidade</p> <p>Tipo de Fixação: Cinta de cabeça com faixa de ajuste</p> <p>Alimentação e Componentes: Com Bateria Recarregável</p> <p>Acompanha Transformador Automático e maleta para transporte.</p> <p>Voltagem: 110 a 240 V.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses.</p> <p>Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o seu plenos funcionamento.</p>	Unidade	9	<p>O serviço depende exclusivamente do equipamento pessoal trazido pelo profissional médico, uma situação que gera grande instabilidade e o risco iminente de interrupção total dos atendimentos a qualquer momento, caso o profissional não possa trazê-lo. Essa dependência compromete a capacidade de oferecer um serviço contínuo e confiável aos pacientes.</p> <p>O fotóforo é uma ferramenta essencial para a execução do exame físico completo, permitindo a correta observação da orofaringe, a rinoscopia anterior e a visualização da orelha externa. Sua ausência dificulta ou até impede a realização de avaliações clínicas e pequenos procedimentos ambulatoriais, como remoção de cerúmen, realização de curativos e retirada de pontos na região da cabeça e pescoço.</p> <p>Portanto, a aquisição deste item é fundamental para garantir a qualidade e a resolutividade do atendimento, otimizar o tempo dos procedimentos e, consequentemente, possibilitar um aumento no número de pacientes atendidos, eliminando a dependência de material externo ao serviço</p>
2	Não se aplica	615953	<p>FOTÓFORO/FRONTOLUX PARA ORL COM CÂMERA</p> <p>FOTÓFORO, TIPO:CAPACETE REGULÁVEL CIRCUNFERÊNCIA E ALTURA CABEÇA, TIPO LÂMPADA:LED, POTÊNCIA:MÍNIMO DE 3 W, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:C/ AJUSTE INTENSIDADE LUZ, S/ FIO, LÂMPADA / VIDA ÚTIL:CERCA DE 50.000 H, ALIMENTAÇÃO:BATERIA RECARREGÁVEL</p> <p>Características Adicionais: Com Iluminação Coaxial, com Regulagem de Luminosidade</p> <p>Tipo de Fixação: Cinta de cabeça com faixa de ajuste.</p> <p>Componentes: Acompanhar câmera filmadora Iluminação.</p> <p>Acompanhar maleta de transporte.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses.</p> <p>Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o seu plenos funcionamento.</p>	Unidade	6	<p>A aquisição do equipamento é essencial para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento em Otorrinolaringologia. A ausência de um aparelho funcional na unidade e a total dependência do equipamento pessoal do médico geram o risco iminente de paralisação dos serviços. O fotóforo é crucial para a realização de exames físicos e pequenos procedimentos e, adicionalmente, seu componente de câmera filmadora é fundamental para a geração de trabalhos científicos e a propagação do ensino, em linha com a vocação deste hospital universitário.</p>
3	Não se aplica	478187	<p>OTOSCÓPIO CLÍNICO PORTÁTIL</p> <p>Uso/Aplicação: Clínico, para diagnóstico em pacientes adultos e pediátricos.</p> <p>Modelo: Portátil, de fibra ótica.</p> <p>Tecnologia de Iluminação: Lâmpada Halógena.</p> <p>Sistema Óptico: Lente com zoom e poder de aumento de aproximadamente 3,5 vezes.</p> <p>Cabo/Manopla: Construído em metal cromado e plástico (para uso geral e pediátrico).</p> <p>Alimentação: A pilhas.</p> <p>Acessórios Inclusos: Deve acompanhar um jogo de espelhos reutilizáveis.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses.</p> <p>Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o seu plenos funcionamento.</p>	Unidade	28	<p>A aquisição do equipamento é essencial para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento em Otorrinolaringologia. A ausência de um aparelho funcional na unidade e a total dependência do equipamento pessoal do médico geram o risco iminente de paralisação dos serviços. O fotóforo é crucial para a realização de exames físicos e pequenos procedimentos e, adicionalmente, seu componente de câmera filmadora é fundamental para a geração de trabalhos científicos e a propagação do ensino, em linha com a vocação deste hospital universitário.</p>
						<p>Justifica-se a aquisição do otoscópio pneumático como um investimento estratégico para a qualificação do</p>

4	Não se aplica	610827	<p>OTOSCÓPIO PNEUMÁTICO Tipo: Otoscópio clínico para diagnóstico, modelo portátil. Iluminação: Tecnologia LED, para luz branca e de alta durabilidade. Sistema Óptico: Lente giratória com poder de ampliação de no mínimo 3 vezes (3x Zoom). Funcionalidade Pneumática: Deve possuir conector de engate para a pera de insuflação, permitindo a avaliação da mobilidade da membrana timpânica. Acessório Obrigatório: Deve obrigatoriamente acompanhar o insuflador de borracha (pera de insuflação) compatível com o conector do otoscópio. Garantia mínima de 12 meses. Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o seu pleno funcionamento.</p>	Unidade	13	<p>diagnóstico e otimização de recursos no serviço de Otorrinolaringologia. Não dispomos desta tecnologia, que é fundamental para a avaliação funcional da orelha média.</p> <p>O equipamento possibilita a análise da mobilidade da membrana timpânica sob pressão, um procedimento indispensável para a confirmação de patologias como a otite média com efusão, que não são conclusivas ao exame visual simples. A falta desta ferramenta impacta diretamente a eficiência do serviço, pois a baixa assertividade diagnóstica obriga a solicitação de exames secundários de maior custo (timpanometria, tomografia de osso temporal), gerando atrasos no tratamento do paciente.</p> <p>Portanto, a aquisição irá aumentar significativamente a acurácia diagnóstica, proporcionar maior segurança e rapidez no atendimento clínico, reduzir a necessidade de exames adicionais e otimizar o fluxo de pacientes, com um aumento projetado de 20% na capacidade de atendimentos e melhor direcionamento para eventuais procedimentos cirúrgicos.</p>
5	Não se aplica	460903	<p>ASPIRADOR CIRÚRGICO ELÉTRICO MÓVEL (OTORRINOLARINGOLOGIA) Modelo: Elétrico Portátil Especificações de Desempenho: Pressão de Vácuo: Cerca de 550 mmHg Fluxo de Aspiração: De 10 a 50 Lpm Componentes: Filtro Bacteriológico. Garantia mínima de 12 meses. Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o seu pleno funcionamento.</p>	Unidade	14	<p>A aquisição de um aspirador cirúrgico é imprescindível, pois a unidade não possui este equipamento básico, o que atualmente inviabiliza o atendimento de grande parte da demanda de Otorrinolaringologia.</p> <p>A ausência do aspirador impede desde procedimentos fundamentais, como a aspiração de secreções, até a realização segura de cirurgias e biópsias ambulatoriais, comprometendo o controle de sangramentos (hemostasia) e a qualidade dos procedimentos.</p> <p>Como consequência, muitos pacientes são recusados ou encaminhados para outras unidades, sobrecarregando o sistema e negando o acesso ao tratamento.</p> <p>A aquisição permitirá habilitar o serviço, aumentar a oferta de cirurgias em até 3 vezes por semana e finalmente atender a demanda reprimida, garantindo a segurança e o acesso dos usuários do SUS.</p>
6	Não se aplica	361922	<p>IMPEDÂNCIÔMETRO Identificação e Tipo Tipo: Timpanômetro Automático Modos de Operação: Reflexos Automáticos, Audiometria Automática e Manual Especificações de Teste Funções: Função Tubária (125/8000 Hz), Contralateral (125/8000 Hz) Frequências: Timpanometria (226, 678, 800, 1000 Hz); Ipsilateral (500/4000 Hz) Intensidade: Ipsi 110 dB; Reflexo Contra (125 a 8000 Hz) 120 dB Pressão: -600 a +300 daPa Complascência: 0,1 a 8 ml Recursos e Componentes Memória: Capacidade para 12 reflexos por orelha (6 Ipsi e 6 Contra) Conectividade: Conexão com PC e impressora sem fio Acessórios: Kit de olivas, filtro e ferramenta</p>	Unidade	4	<p>A falta deste aparelho impede a realização de um exame de baixo custo que é fundamental para o diagnóstico de patologias comuns da orelha média (ex: otites, otosclerose). Sem ele, o processo diagnóstico se torna mais lento e oneroso para o SUS, pois exige o uso de tecnologias de alto custo, como exames de imagem, para obter a mesma conclusão. Este atraso no diagnóstico impacta diretamente o paciente, adiando o início de seu tratamento. Conclusão: A aquisição do Impedanciômetro é uma medida de alta economicidade e eficiência. Irá ampliar a oferta de exames, reduzir o tempo de espera e evitar gastos desnecessários com procedimentos mais caros, garantindo um diagnóstico rápido e</p>

			Garantia mínima de 12 meses. Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o seu pleno funcionamento.			um tratamento mais eficaz para o usuário do SUS.
7	Não se aplica	421487	<p>BERA COMPLETO</p> <p>Descrição: Sistema completo computadorizado para realização de Potenciais Evocados Auditivos de Tronco Encefálico (PEATE/BERA), destinado à avaliação audiológica de pacientes adultos e pediátricos, com capacidade para exames por via aérea e via óssea, incluindo estímulos clique, tone burst por frequência específica, CE-Chirp® ou equivalente e ASSR (<i>Auditory Steady-State Response</i>).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requisitos de Hardware: O equipamento deve possuir conversor analógico-digital de alta resolução (mínimo de 24 bits), taxa de amostragem mínima de 20 kHz por canal e pelo menos dois canais simultâneos de registro, permitindo avaliação nas frequências de 500, 1000, 2000 e 4000 Hz, inclusive com análise simultânea multifrequencial no ASSR. • Transdutores e Acessórios Inclusos: Deve acompanhar transdutores por via aérea, incluindo fones de inserção tipo ER-3A ou equivalente, além de vibrador ósseo compatível com PEATE e ASSR. O fornecimento deve incluir eletrodos, cabos, pasta abrasiva, gel condutor, sistema de fixação do vibrador ósseo, computador dedicado quando aplicável e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento. • Recursos de Software e Análise: O sistema deverá apresentar amplificação de baixo ruído, filtros configuráveis, rejeição de artefatos, monitoramento de impedância em tempo real, identificação automática das ondas I, III e V, estimativa automática de limiares e análise estatística para ASSR. Deve conter protocolos pré-configurados para BERA diagnóstico, neonatal, frequência específica, ASSR e via óssea, além de software com interface amigável, preferencialmente em português, armazenamento digital de exames, exportação em PDF, banco de dados de pacientes e compatibilidade 	Unidade	3	<p>Finalidade: O equipamento é um instrumento de avaliação e diagnóstico audiológico. Através dele, é possível observar a integridade da via auditiva, desde o nervo auditivo (VIII par) até o tronco encefálico.</p> <p>Exames: Com este aparelho é possível realizar o exame de BERA por via aérea e via óssea, que é essencial no diagnóstico de perdas auditivas decorrentes de má-formações de orelha externa e/ou média.</p> <p>Impacto e Benefícios: O equipamento permite detectar os limiares eletrofisiológicos para definir o melhor plano terapêutico, especialmente em crianças menores, pois a audição é um fator determinante para a aquisição da linguagem verbal. Além disso, o exame é seguro e não-invasivo. A não realização do exame poderia ocasionar retardo no início do tratamento, gerando sequelas em todo o sistema de linguagem.</p> <p>Capacidade: Poderiam ser realizados ao menos 4 exames por mês.</p> <p>Disponibilidade: Não possuímos o equipamento.</p>

			<p>com sistemas hospitalares.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conformidade Comercial e Técnica: O equipamento deverá possuir alimentação bivolt automática, registro ativo na ANVISA, conformidade com as normas IEC 60601 e certificação INMETRO quando aplicável. Deve incluir treinamento presencial para a equipe local, manual em português, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica estruturada no Brasil. 			
8	Não se aplica	304491	<p>OTOEMISSÃO ACÚSTICA</p> <p>Descrição: Sistema portátil para realização de Emissões Otoacústicas Evocadas (EOA), destinado à triagem auditiva neonatal, avaliação coclear e diagnóstico audiológico infantil e adulto.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade Operacional: Equipamento microprocessado, portátil, com capacidade para realização de Emissões Otoacústicas Evocadas Transitórias (TEOAE) e Produto de Distorção (DPOAE), com análise automática das respostas e emissão de resultado do tipo “passa/falha” (“<i>pass/refer</i>”), permitindo avaliação ampla da função das células ciliadas externas da cóclea. • Parâmetros de Teste (TEOAE): O equipamento deverá utilizar estímulo do tipo clique não linear ou equivalente, com análise automática da resposta coclear, relação sinal/ruído e critérios automáticos de “passa/falha”. • Parâmetros de Teste (DPOAE): Deverá possibilitar avaliação por frequências específicas, incluindo no mínimo as frequências de 1000 Hz, 1500 Hz, 2000 Hz, 3000 Hz, 4000 Hz, 6000 Hz e 8000 Hz, permitindo análise da amplitude da resposta e da relação sinal/ruído em cada frequência testada. • Recursos do Sistema: Deve possuir avaliação por frequências específicas, monitoramento de ruído ambiental, controle automático da estabilidade do exame e calibração automática da sonda. Compatível com sondas e pontas auriculares para 	Unidade	3	<p>A aquisição do equipamento de Emissão Otoacústica e BERA é um investimento estratégico para o Hospital Universitário, essencial para a excelência em assistência, ensino e pesquisa.</p> <p>Assistência: Qualifica o diagnóstico audiológico ao permitir a triagem neonatal ("teste da orelhinha"), a avaliação precisa de casos complexos (inclusive em pacientes de UTI e crianças) e o direcionamento correto do tratamento.</p> <p>Ensino: Moderniza a formação de alunos e residentes (Medicina, Fonoaudiologia), oferecendo treinamento prático com a tecnologia padrão-ouro para o diagnóstico auditivo.</p> <p>Pesquisa: Fomenta a produção científica e o desenvolvimento de estudos clínicos na área da saúde auditiva, fortalecendo o papel do hospital como centro de inovação.</p>

			<p>recém-nascidos, crianças e adultos. Deve possuir memória interna para armazenamento de exames, cadastro de pacientes, emissão/exportação de relatórios e operação por bateria recarregável e/ou rede elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acessórios e Conformidade: Acompanha acessórios necessários ao funcionamento, incluindo sonda, pontas auriculares em diferentes tamanhos, cabos, carregador e estojo de transporte. Equipamento com registro na ANVISA, conforme normas IEC 60601, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil 			
9	Não se aplica	421487	<p>BERA AUTOMÁTICO</p> <p>Descrição: Sistema portátil para realização de Potenciais Evocados Auditivos de Tronco Encefálico Automático (A-ABR/BERA Automático), destinado à triagem auditiva neonatal e avaliação objetiva da via auditiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Características Técnicas: Equipamento microprocessado, portátil, com análise automática das respostas e emissão de resultado do tipo “passa/falha” (“pass/refer”), utilizando estímulos clique, chirp ou equivalente. • Sistemas de Controle: Deve possuir monitoramento automático de impedância, rejeição de artefatos e controle de qualidade do exame em tempo real. Compatível com fones de inserção e eletrodos de superfície descartáveis ou reutilizáveis. • Interface e Armazenamento: Deve possuir memória interna para armazenamento de exames, cadastro de pacientes, emissão/exportação de relatórios e operação por bateria recarregável e rede elétrica. • Acessórios e Conformidade: Acompanha acessórios necessários ao funcionamento, incluindo cabos, eletrodos, transdutores, pontas auriculares e carregador. Equipamento com registro na ANVISA, conforme normas IEC 60601, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil. 	Unidade	4	<p>A aquisição deste sistema de diagnóstico audiológico é um investimento estratégico que moderniza o atendimento e fortalece o tripé de assistência, ensino e pesquisa do hospital.</p> <p>Assistência: O equipamento permite o ciclo completo da avaliação auditiva: da triagem neonatal (teste da orelhinha com os módulos TEOAE/DPOAE) ao diagnóstico diferencial complexo (com BERA/PEATE). Sua portabilidade é ideal para avaliações em UTIs e berçários, garantindo um diagnóstico precoce e preciso.</p> <p>Ensino: Oferece uma plataforma completa e atual para o treinamento prático de alunos e residentes (Medicina, Fonoaudiologia), capacitando-os nas principais técnicas de avaliação audiológica objetiva.</p> <p>Pesquisa: O software para coleta e análise de dados é uma ferramenta essencial que viabiliza o desenvolvimento de pesquisas clínicas, fortalecendo a produção científica da instituição.</p>

10	Não se aplica	426022	IMPEDÂNCIOMETRO PORTÁTIL Tipo: Portátil Aplicação: Timpanometria Automática Uso: Analisador Ouvido Médio, Triagem Reflexos Tipo Registro: Gráfico, Visor Cristal Líquido Frequência: 226 E 1000hz Características Adicionais: Kit Olivas, Filtro E Ferramenta Pressão: -600 A +400dapa; Complascência: 0,1 A 8ml Outros Componentes: Conexão C/ Pc E Impressora S/ Fio. Garantia mínima de 12 meses. Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o seu pleno funcionamento.	Unidade	4	Disponibilidade: Não há o equipamento no setor. Finalidade: Realizar o exame de impedanciometria para avaliar a mobilidade da membrana timpânica e os reflexos estapédicos. Importância Clínica: O exame é crucial para o diagnóstico de patologias da orelha média e tuba auditiva, como otite média com efusão, disjunção da cadeia ossicular, otosclerose e disfunção tubária. A análise dos reflexos estapédicos é importante para diagnósticos diferenciais. Impacto da Não Realização: A falta do exame torna o processo diagnóstico mais demorado e oneroso, pois exige o uso de tecnologias e exames complementares de maior custo, postergando o plano terapêutico do paciente. Benefícios da Aquisição: Será possível realizar o exame de forma imediata, no mesmo momento da consulta, sem necessidade de marcação posterior. Haverá um aumento no número de exames realizados no setor de otorrinolaringologia.
11	Não se aplica	376080	AUDIÔMETRO Tipo: para diagnóstico por via aérea e via óssea. Faixa de frequência: de 125 Hz a 8000 Hz. Faixa de intensidade: até 120 dBHL. Tipo de medição: testes SISI, ABLB, Langenbeck, Bekesy e Stenger. Acessórios: compatível com software Noah; acompanhado de fone audiométrico compatível com a configuração ofertada e de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento. Alimentação elétrica: o equipamento deverá operar mediante fonte externa de alimentação original ou expressamente especificada pelo fabricante, fornecida com o equipamento e compatível com a rede elétrica institucional. Será admitida, adicionalmente, operação por bateria interna recarregável ou por pilhas removíveis, quando prevista na configuração original do fabricante e comprovada mediante documentação técnica oficial, não constituindo esse recurso condição obrigatória para aceitação do produto. Características adicionais: tons warble/modulado, pulsátil e puro. Garantia mínima de 12 meses. Deve acompanhar todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento na configuração ofertada.	Unidade	16	O equipamento em questão destina-se à realização de exames de audiometria tonal e vocal, sendo um procedimento seguro e sem riscos associados. Sua principal finalidade é identificar os limiares auditivos, permitindo o diagnóstico preciso de perdas auditivas dos tipos neurosensorial, condutiva ou mista, bem como seus respectivos graus. A não realização deste exame atrasa o diagnóstico e, consequentemente, o início do tratamento clínico ou cirúrgico necessário. Dessa forma, a identificação correta da perda auditiva e de sua causa resultará em uma maior resolutividade dos casos. Isso poderá levar a um aumento no volume de atendimentos mais específicos, otimizando o cuidado ao paciente.
			SISTEMA DE POLIGRAFIA DOMICILIAR TIPO III O equipamento permite realizar o diagnóstico de distúrbios respiratórios do sono. Possibilidade de identificação em canais			

12	Não se aplica	615492	<p>separados dos seguintes parâmetros: Fluxo; Ronco; Posição corporal integrada ao equipamento; Esforço respiratório; SpO2; Pulso Cardíaco; Medida fotopletismográfica; Plet; Marcador de eventos.</p> <p>Frequência de amostragem mínima de 60 Hz.</p> <p>Peso máximo de 90g.</p> <p>Armazenamento mínimo de 500Mb.</p> <p>Software: O software deve ter licença aberta com possibilidade de instalação em mais de um computador sem a necessidade de chave de segurança. Estar em português e de acordo com os padrões da AASM.</p> <p>Ajustes manual e automático de amplitude do sinal buscando a melhor visualização do sinal.</p> <p>Visualização de dados numéricos e gráficos dos equipamentos de CPAP e BIPAP simultaneamente ao exame, com as variáveis de Fluxo do paciente, Pressão e Vazamento.</p> <p>Personalização da visualização do exame em tempo real e durante análise.</p> <p>Criação de perfis de usuário e personalização particulares, capacidade para definir liberações no software por níveis de segurança.</p> <p>Banco de dados de pacientes com parâmetros do exame exportados para Excel de forma automática.</p> <p>Criação, edição e alteração de laudos em português.</p> <p>Edição de laudos em Word, com preenchimento automático de eventos do sono através de macros.</p> <p>Inclusão, edição, alteração de informações do resumo gráfico, com possibilidade de inclusão de qualquer parâmetro e seu gráfico ocorrido durante exame do sono.</p> <p>Fornecimento de manual de operação atualizado em português que deverá ser entregue com o equipamento;</p> <p>Demais acessórios para utilização de todas as funcionalidades do equipamento;</p> <p>Frequência: 60Hz</p> <p>Alimentação bivolt automático: 110-220V ou 220V (Pilhas recarregáveis)</p> <p>O aparelho deverá estar em conformidade com as normas da ABNT aplicáveis</p> <p>Registro na ANVISA válido e não temporário, conforme disposições da lei N°: 6.360/1976, RDC ANVISA N°: 185/2001 e legislações correlatas. Certificado de conformidade com IEC ou normas brasileiras equivalentes.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses.</p> <p>Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o seu pleno funcionamento.</p>	Unidade	8	<p>Situação Atual e Necessidade</p> <p>Atualmente, o serviço conta com 2 aparelhos de polissonografia que estão em manutenção, sem previsão de conserto, o que levou à suspensão dos exames. Para a retomada do atendimento, é necessária a aquisição de novos equipamentos do tipo Polissonografia tipo 3 (domiciliar).</p> <p>Importância Clínica</p> <p>A falta do equipamento impossibilita o atendimento de pacientes com suspeita de distúrbios respiratórios do sono. O exame é indispensável para o diagnóstico e acompanhamento de condições como a Apneia Obstrutiva do Sono, uma doença com alta prevalência na população. A apneia está diretamente relacionada com o aumento significativo da morbidade cardiovascular, sendo um fator de risco para insuficiência cardíaca congestiva, hipertensão arterial, infarto agudo do miocárdio e acidente vascular encefálico. O procedimento é seguro e não apresenta riscos ao paciente.</p> <p>Impacto e Projeção de Produtividade</p> <p>Com a aquisição de 4 novos aparelhos, será possível realizar o dobro de exames em relação ao que era feito antes da parada por defeito nos equipamentos. A produtividade poderá ser aumentada para 500 exames ao ano, o que representa um aumento significativo na capacidade de diagnóstico e atendimento à população.</p>
			<p>ACTÍGRAFO</p> <p>Aplicação: Avaliação De Transtornos Do</p>			<p>A aquisição de actígrafos destina-se à realização de exames de actigrafia, um método fundamental para a avaliação de diversos distúrbios do sono. Suas principais aplicações clínicas abrangem o diagnóstico de insônia crônica, transtornos do ritmo circadiano e distúrbios respiratórios, bem como o monitoramento da resposta a tratamentos, como em pacientes com apneia obstrutiva do sono em uso de CPAP.</p>

13	Não se aplica	604853	<p>Sono</p> <p>Modelo: De Pulso, Tipo Relógio</p> <p>Material: À Prova D' Água</p> <p>Tipo De Análise: Sensores</p> <p>Acelerômetro, Temperatura E Luz</p> <p>Componentes 1: Software, Memória, Usb</p> <p>Fonte Alimentação: Bateria Recarregável</p> <p>Características adicionais:</p> <p>Garantia mínima: 12 meses.</p> <p>Deverá fornecer todos os acessórios necessários para o pleno funcionamento do equipamento.</p>	Unidade	25	<p>O equipamento permite o registro contínuo da atividade motora e dos ciclos de sono-vigília no ambiente domiciliar do paciente, fornecendo dados objetivos essenciais para o diagnóstico e o acompanhamento. Alinhado à missão de um hospital universitário, o aparelho será igualmente empregado em atividades de ensino e pesquisa, sendo crucial para a capacitação de alunos, residentes e profissionais na área de Medicina do Sono.</p> <p>A ausência deste equipamento impede o diagnóstico preciso dos distúrbios do sono mencionados e o monitoramento objetivo da eficácia dos tratamentos, criando uma lacuna na assistência. Com a aquisição, projeta-se uma capacidade para realizar aproximadamente 15 exames por mês, o que ampliará significativamente o acesso dos pacientes a esta importante ferramenta diagnóstica.</p>
14	Não se aplica	615814	<p>POSTURÓGRAFO, DIAGNÓSTICO E REABILITAÇÃO</p> <p>Aplicação: Avaliar Postura Estática C/ Prova Dinâmica</p> <p>Composição: Plataforma P/ Pés Tipo Balança C/ Sensores Força</p> <p>Composição Básica: Almofada P/ Teste Equilíbrio, Software Básico</p> <p>Modo Transferência: C/ Fio</p> <p>Capacidade: Até 130 Kg</p> <p>Garantia mínima: 12 meses.</p> <p>Deverá fornecer todos os acessórios necessários para o pleno funcionamento do equipamento.</p>	Unidade	4	<p>A aquisição de uma nova plataforma de posturografia computadorizada é justificada pela necessidade de substituir um equipamento com software obsoleto e, fundamentalmente, para agregar a função de reabilitação vestibular, um serviço hoje indisponível. O equipamento terá a dupla finalidade de realizar exames diagnósticos e oferecer terapia, ampliando de forma significativa a capacidade do ambulatório de otoneurologia.</p> <p>Clinicamente, a plataforma otimizará a avaliação funcional do equilíbrio, permitindo análises objetivas da estabilidade postural. Isso é crucial para o diagnóstico e acompanhamento de diversas condições, como distúrbios vestibulares (VPPB, Doença de Ménière), desequilíbrios de origem neurológica e ortopédica, e para a avaliação de risco de quedas em idosos, além de monitorar a eficácia da própria reabilitação.</p> <p>Em conformidade com sua vocação de hospital universitário, o equipamento será uma ferramenta central para o ensino e a capacitação de residentes, alunos de graduação e pós-graduação. Ele também servirá como base para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, abrangendo condições como declínio cognitivo e zumbido, e fortalecendo a integração entre assistência, ensino e pesquisa.</p> <p>A falta de um equipamento moderno limita a abordagem diagnóstica objetiva e o planejamento terapêutico para uma crescente demanda de pacientes com tontura e desequilíbrio. Com a aquisição, projeta-se uma capacidade de uso de três vezes por semana pela equipe de otoneurologia, o que representa um avanço concreto na qualidade e no alcance do serviço, sanando a lacuna assistencial existente.</p>
						<p>O equipamento não substituirá nenhum já existente, uma vez que a unidade não dispõe de tecnologia equivalente para a realização da avaliação vestibular objetiva</p>

					<p>e individualizada dos seis canais semicirculares.</p> <p>O vHIT permite essa avaliação por meio da análise do reflexo vestibulo-ocular (RVO), registrando com precisão o ganho vestibular e identificando sacadas compensatórias (overt e covert), parâmetros fundamentais para diferenciar vestibulopatias periféricas (como neurite vestibular e vestibulopatia bilateral) de causas centrais (como AVC e alterações cerebrales).</p> <p>Os procedimentos planejados com o equipamento incluem a avaliação vestibular funcional em idosos com desequilíbrio ou histórico de quedas, o acompanhamento de pacientes em reabilitação vestibular, a avaliação pré e pós-operatória de candidatos a implante coclear e a investigação de sintomas otoneurológicos em pacientes com alterações cognitivas. A incorporação do vHIT contribuirá para diagnósticos mais precoces, direcionamento terapêutico adequado e redução de complicações associadas a quedas e incapacidades funcionais.</p> <p>A utilização de um equipamento moderno torna o exame significativamente mais rápido, preciso e padronizado, otimizando o tempo de atendimento e reduzindo a necessidade de exames complementares. Dessa forma, é possível ampliar a capacidade de atendimento da unidade, oferecendo uma assistência mais eficiente, segura e resolutive, beneficiando um número maior de pacientes com queixas de tontura.</p> <p>A ausência do equipamento de Video Head Impulse Test (vHIT) na unidade compromete significativamente a qualidade e a precisão da avaliação vestibular, dificultando o diagnóstico diferencial entre disfunções periféricas e centrais do sistema vestibular. Sem essa ferramenta, o exame clínico torna-se mais subjetivo e menos sensível, o que pode resultar em atrasos diagnósticos, realização de exames complementares desnecessários, condutas imprecisas e aumento do tempo de resolução dos casos. Esse cenário impacta diretamente a efetividade do atendimento a pacientes com tontura, vertigem e desequilíbrio — especialmente em idosos, que apresentam maior risco de quedas e complicações associadas. Além disso, a ausência do vHIT inviabiliza o acompanhamento adequado de pacientes em reabilitação vestibular, bem como a avaliação objetiva pré e pós-operatória de candidatos a implante coclear ou com distúrbios neurológicos, reduzindo a capacidade da unidade de ofertar uma assistência especializada, resolutive e baseada em evidências.</p> <p>Por ser um teste rápido (realizado em menos de 10 minutos), portátil e de fácil execução, o vHIT possibilita a realização de múltiplos exames por turno, reduz o</p>
15	Não se aplica	424159	<p>VIDEO-HEAD IMPULSE TEST (VHIT) CARACTERÍSTICAS DE UTILIZAÇÃO O sistema VHIT é utilizado para a avaliação da oculomotricidade através do teste do impulso encefálico. Este equipamento é essencial para a análise das funções vestibulares, permitindo o diagnóstico de distúrbios do equilíbrio em pacientes de todas as idades, desde pediátricos até adultos. PRINCÍPIO DE MONTAGEM O sistema é composto por óculos de proteção com câmeras integradas e sensores de movimento, sendo de fácil montagem e ajuste no paciente. Os óculos são moldados com armação flexível e áreas de contato em silicone, proporcionando conforto e facilidade de higienização. CARACTERÍSTICAS DE FUNCIONAMENTO O sistema utiliza câmeras monoculares intercambiáveis entre os olhos direito e esquerdo para capturar os movimentos oculares. A calibração é realizada através de um laser montado nos óculos, com um processo de calibração. Um giroscópio rastreia os movimentos da cabeça assegurando precisão nos testes. CARACTERÍSTICAS DE CONSTRUÇÃO Óculos de proteção moldada, com armação flexível e áreas de contato em silicone laváveis. Compatível com rostos pediátricos e adultos. Peso dos óculos e da câmera inferior a 100g. Câmera monocular intercambiável entre o olho esquerdo e direito. Deve possuir mecanismo para calibração antes da utilização. PARÂMETROS E FAIXAS DE AJUSTE Equivalente ao método da bobina de busca escleral. Deve possuir um gráfico de regressão de velocidade para análise de dados e gráficos de ganho. OUTROS RECURSOS Interface do PC conexão USB 2.0 ou 3.0 para comunicação com o computador, alimentação via USB 5VDC ± 0,25VDC. ACESSÓRIOS Maleta para transporte: Facilita o transporte seguro do equipamento. Manual de utilização em português. Deverá ser entregue computador compatível com o uso da ferramenta com as ferramentas já instaladas para garantir a funcionalidade do sistema para a equipe clínica. O computador deverá permitir conexão de rede cabeada. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS OU NORMATIVAS Atende às normas internacionais de segurança para dispositivos médicos e possuir registro na ANVISA. GARANTIA 36 meses a partir da data estabelecida no</p>	Unidade	2

			termo de referência			tempo necessário para o diagnóstico clínico e minimiza a necessidade de exames complementares mais complexos e demorados. Além disso, ao permitir uma avaliação precisa da função vestibular, o equipamento contribui para encaminhamentos mais assertivos, melhora da resolutividade ambulatorial, redução do número de retornos desnecessários e apoio direto à reabilitação vestibular.
16		454246	<p>SET DE VIDEOENDOSCOPIA, PARA USO EM PROCEDIMENTOS DE ENDOSCOPIA</p> <p>Possuir compatibilidade total para uso em conjunto com o <u>ITEM 19 - NASOFIBROSCÓPIO 2,8mm</u> e o <u>ITEM 20 - NASOFIBROSCÓPIO 3,4mm</u></p> <p>Equipamento Modular composto por Central Processadora de Vídeo, Fonte de Luz e Monitor de Vídeo, conforme descritivos abaixo:</p> <p>CENTRAL PROCESSADORA DE VÍDEO</p> <p>Torre de Videoendoscopia Flexível destinada a pacientes pediátricos; Destinada a exames endoscópicos que utilizam o nasofibroscópio, para visualizar as vias aéreas superiores, incluindo a cavidade nasal, faringe e a laringe; Montagem em carrinho de apoio com estrutura metálica, que acomoda processadora, monitor, fonte de luz e demais acessórios. Monitor acoplado em braço articulado para melhor posicionamento durante os exames; A processadora de vídeo deve ter capacidade de gerar imagens com resolução mínima Full HD, compatível com os videoendoscópios ofertados neste grupo, com capacidade de exibir e processar imagens em tempo real; Sistema opera com captação de imagem por videoendoscópios com sensores CMOS ou CCD; A processadora deve ser capaz de suportar videoendoscópios com tecnologia de magnificação sem a necessidade posterior de softwares adicionais neste equipamento; Deve possuir cromoscopia ótica e/ou digital; Compatível com os equipamentos do Grupo 1.</p> <p>MONITOR MÉDICO</p> <p>Monitor médico LCD ou LED de no mínimo 24 polegadas, resolução Full HD (1920x1080), ângulo de visão $\geq 170^\circ$, alto brilho e contraste ajustáveis; Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o pleno funcionamento do equipamento;</p>	Unidade	3	

	Grupo 1		<p>Deve ser compatível com os equipamentos ofertados neste grupo 1.</p> <p>FONTE DE LUZ</p> <p>De alto desempenho com tecnologia de, no mínimo 4 LEDs; Possuir sistema de ventilação forçada; Controle de intensidade luminosa; Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o pleno funcionamento do equipamento. Deve ser compatível com os equipamentos ofertados neste grupo 1.</p>			
17		456638	<p>NOBREAK</p> <p>Potência compatível com todo sistema ofertado no grupo 1, controlado por DSP (Processador Digital de Sinais), forma de onda senoidal pura e com controle digital, sinalização visual com todas as condições do equipamento, da bateria e da rede elétrica (incluindo por display ou conjunto de LEDS), baterias seladas a prova de vazamento. Bivolt automático na entrada e cabo de força de no mínimo 2,5m de comprimento. Capacidade de suportar todo o sistema (incluindo o videoendoscópio flexível em uso) ao longo de um período de, no mínimo, 10 minutos para possibilitar a finalização do exame em curso.</p>	Unidade	3	
18		317006	<p>ESTANTE RACK</p> <p>Rack com prateleiras suficientes para acomodação de todos os equipamentos e módulos necessários ao pleno funcionamento do conjunto do grupo 2. Para guarda e transporte do conjunto; Deve possuir braço articulado para o monitor, que permita sua fixação e ajuste de posição; Deve possuir rodízios giratórios com travess/freios em pelo menos 2 deles para estabilidade do rack; Estrutura pintada em epóxi ou confeccionado em material não oxidável própria para ambientes hospitalares.</p>	Unidade	3	<p>A ausência de recursos tecnológicos em nosso serviço impede a realização de procedimentos essenciais, como a nasofibrolaringoscopia, a laringoscopia, a videolaringoscopia e a endoscopia nasal. Esta limitação compromete severamente a capacidade de realizar uma avaliação adequada e a oferta de exames e procedimentos necessários aos pacientes.</p> <p>A incorporação desta tecnologia permitirá não apenas a realização de mais exames, mas também viabilizará a habilitação em portarias específicas da especialidade, resultando em um aumento do faturamento por procedimento.</p>
19		633278	<p>NASOFIBROSCÓPIO 2,8mm</p> <p>nasofibroscópio, tipo: flexível ultrafino, angulação: campo visão mínimo 75°, comprimento: 30cm, diâmetro: 2,8 mm, características adicionais: capacidade 130° angulação</p>	Unidade	5	<p>O aumento na capacidade de atendimento é diretamente dependente do número de equipamentos adquiridos, e a expectativa é de uma melhora expressiva no faturamento da especialidade, garantindo maior resolutividade e sustentabilidade ao serviço.</p>
20		633281	<p>NASOFIBROSCÓPIO 3,4mm</p> <p>nasofibroscópio, tipo:flexível, angulação:130° para baixo e para cima, comprimento:530 mm, diâmetro:3,4 mm, características adicionais:área de trabalho 30cm, voltagem 110/220v</p>	Unidade	3	
			<p>SET DE VIDEOENDOSCOPIA, PARA USO EM PROCEDIMENTOS DE ENDOSCOPIA</p> <p>Possuir compatibilidade total para uso em conjunto com o ITEM 24 - VIDEOBRONCOSCÓPIO 2,8 mm</p>			

21	Grupo 2	454246	<p>Equipamento Modular composto por Central Processadora de Vídeo, Fonte de Luz e Monitor de Vídeo, conforme descritivos abaixo:</p> <p>CENTRAL PROCESSADORA DE VÍDEO</p> <p>Torre de Videoendoscopia Flexível destinada a pacientes pediátricos; destinada a exames endoscópicos que utilizam o videobroncoscópio, para examinar as vias aéreas, como a laringe, a traqueia e os brônquios; Montagem em carrinho de apoio com estrutura metálica, que acomoda processadora, monitor, fonte de luz e demais acessórios. Monitor acoplado em braço articulado para melhor posicionamento durante os exames; A processadora de vídeo deve ter capacidade de gerar imagens com resolução mínima Full HD, compatível com os videoendoscópios ofertados neste grupo, com capacidade de exibir e processar imagens em tempo real; Sistema opera com captação de imagem por videoendoscópios com sensores CMOS ou CCD; A processadora deve ser capaz de suportar videoendoscópios com tecnologia de magnificação sem a necessidade posterior de softwares adicionais neste equipamento; Deve possuir cromoscopia ótica e/ou digital; Compatível com os equipamentos do Grupo 2.</p> <p>MONITOR MÉDICO</p> <p>Monitor médico LCD ou LED de no mínimo 24 polegadas, resolução Full HD (1920x1080), ângulo de visão $\geq 170^\circ$, alto brilho e contraste ajustáveis; Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o pleno funcionamento do equipamento; Deve ser compatível com os equipamentos ofertados neste grupo 2.</p> <p>FONTE DE LUZ</p> <p>De alto desempenho com tecnologia de, no mínimo 4 LEDs; Possuir sistema de ventilação forçada; Controle de intensidade luminosa; Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o pleno funcionamento do equipamento. Deve ser compatível com os equipamentos ofertados neste grupo 2.</p>	Unidade	2
22		456638	<p>NOBREAK</p> <p>Potência compatível com todo sistema ofertado no grupo 2, controlado por DSP (Processador Digital de Sinais), forma de onda senoidal pura e com controle digital, sinalização visual com todas as condições do equipamento, da bateria e da rede elétrica (incluindo por display ou conjunto de LEDs), baterias seladas a prova de vazamento. Bivolt automático na entrada e cabo de força de no mínimo 2,5m de comprimento. Capacidade de suportar todo o sistema (incluindo o videoendoscópio flexível em uso) ao longo de um período de, no mínimo, 10 minutos para possibilitar a finalização do exame em curso.</p>	Unidade	2
			<p>ESTANTE RACK</p> <p>Rack com prateleiras suficientes para acomodação de todos os equipamentos e</p>		

23		317006	módulos necessários ao pleno funcionamento do conjunto do grupo 2. Para guarda e transporte do conjunto; Deve possuir braço artilhado para o monitor, que permita sua fixação e ajuste de posição; Deve possuir rodízios giratórios com traves/freios em pelo menos 2 deles para estabilidade do rack; Estrutura pintada em epóxi ou confeccionado em material não oxidável própria para ambientes hospitalares.	Unidade	2
24		633275	VIDEOBRONCOSCÓPIO 2,8mm Videobroncoscópio, tipo: flexível, tipo monitor: ccd colorido, componentes: faixa de observação 3 - 50 mm, acessórios: canal de trabalho cerca de 1,2, comprimento área de trabalho: 600 mm, diâmetro externo: cerca de 3,0 mm, angulação: visão frontal 100°, 180° acima, 130° abaixo	Unidade	3

3.6. **Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

3.6.1. Considerando que o parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, para avaliação quanto ao parcelamento da solução contemplada neste ETP, foi realizada a análise dos itens e do mercado fornecedor, com o objetivo de definir se o objeto é divisível.

3.6.2. A solução adotada também atende ao princípio do parcelamento, previsto no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, cuja essência prima pelo parcelamento das compras públicas em tantas vezes quantas forem possíveis para o melhor aproveitamento de recursos financeiros, desde que tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

3.6.3. Visando propiciar a ampla participação de licitantes, tendo como consequência o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, os itens deste certame serão adquiridos de forma parcelada, conforme art. 32, inciso III da Lei. 13.303/16.

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

III - parcelamento do objeto, visando a ampliar a participação de licitantes, sem perda de economia de escala, e desde que não atinja valores inferiores aos limites estabelecidos no art. 29, incisos I e II;

3.6.4. O parcelamento do objeto foi considerado viável tecnicamente e economicamente por ser composto de itens de natureza divisível, uma vez que cada item possui aplicação individual, de maneira que tanto aquisição quanto a utilização independe dos demais. Ademais, podem ser fornecidos por empresas distintas e, desse modo, amplia-se a competição.

3.6.5. Entretanto, dois grupos específicos foram formados com base em critérios de funcionalidade e integração tecnológica, reunindo equipamentos interdependentes necessários à composição de sistemas completos utilizados nos procedimentos de Otorrinolaringologia.

3.6.6. Esse agrupamento visa garantir a compatibilidade entre os componentes, a padronização do conjunto e a plena operacionalidade dos equipamentos, evitando a aquisição de itens com múltiplos fornecedores e possíveis incompatibilidades entre os equipamentos ofertados na proposta pelos licitantes que possam comprometer o desempenho do sistema como um todo.

3.7. O presente termo de referência visa orientar o processo de aquisição e definir o conjunto de elementos técnicos que deverão nortear a aquisição, a fim de assegurar qualidade, racionalidade, economicidade, eficiência e eficácia à instituição.

3.8. Cada item é independente, conforme a quantidade declarada, ou seja, o fornecimento será executado por item, a ser entregue, em todo o território nacional conforme determinação deste Termo de Referência. Quanto a licitação na modalidade Pregão SRP, será disputada por item (1 a 15), e em dois grupos, sendo o grupo 1 (16 a 20) e grupo 2 (21 a 24).

3.9. É permitida a aquisição dos itens de forma individual, ainda que estejam inseridos em grupo.

3.10. A descrição dos itens presentes nesta aquisição foi elaborada com base na necessidade das três unidades do CH-UFRJ e pelo Setor de Engenharia Clínica do CH-UFRJ/Ebserh, considerando as instalações existentes e suas especificidades no dimensionamento das quantidades. Ainda, informa-se que na descrição dos itens foram tomadas as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais, evitando detalhes considerados supérfluos ou desnecessários. O licitante deverá certificar-se que o equipamento é capaz de entrar nas instalações dos hospitais (inserir anexo de vistoria OU de dispensa de vistoria assumindo que irá cumprir com as exigências do termo de referência).

3.11. O objeto especifica os bens a serem adquiridos pela CONTRATADA, bem como estabelece os critérios, parâmetros, requerimentos mínimos de qualidade e condições gerais para a aquisição dos bens

3.12. Havendo divergência entre o descritivo do Termo de Referência e o descritivo do CATMAT, **prevalece o descritivo apresentado neste Termo de Referência.**

3.13. **Da Classificação dos Bens Comuns**

3.13.1. Os itens descritos neste Termo de Referência são classificados como bens comuns em atendimento ao disposto no inciso IV do art. 32 da Lei 13.303/16, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado.

3.13.2. Desta forma, são geralmente ofertados pelas empresas e são facilmente comparáveis entre si, já que possuem padrões de desempenho e de características gerais similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado.

3.14. **Participação de ME/EPP**

3.15. Caso o preço total do item ou do grupo seja inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais) será garantida a participação exclusiva de ME/EPP nos moldes da Lei complementar Nº 123/2006.

3.16. As contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, conforme o art. 47 da Lei Nº 123/2006.

4. ABREVIACÕES

4.1. Abreviaturas usadas neste termo de referência:

- 4.1.1. CH-UFRJ: Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 4.1.2. Ebserh: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
- 4.1.3. MEC: Ministério da Educação
- 4.1.4. SUS: Sistema Único de Saúde
- 4.1.5. HUFs: Hospitais Universitários Federais
- 4.1.6. IPPMG: Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira
- 4.1.7. RLCE: Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh
- 4.1.8. EMH: Equipamentos Médico-Hospitalares
- 4.1.9. CATMAT: Catálogo de Materiais do Governo Federal
- 4.1.10. SEI: Sistema Eletrônico de Informações
- 4.1.11. ME/EPP: Microempresa / Empresa de Pequeno Porte
- 4.1.12. AFE: Autorização de Funcionamento de Empresa
- 4.1.13. Anvisa: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- 4.1.14. DOU: Diário Oficial da União
- 4.1.15. CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
- 4.1.16. PNCP: Portal Nacional de Contratações Públicas
- 4.1.17. HUCFF: Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
- 4.1.18. ME: Maternidade Escola
- 4.1.19. EPC: Equipe de Planejamento da Contratação
- 4.1.20. REBLAS: Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde
- 4.1.21. NFE: Nota Fiscal Eletrônica
- 4.1.22. EFC: Equipe de Fiscalização do Contrato
- 4.1.23. EFARP: Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços
- 4.1.24. vigihosp: Sistema Nacional de Notificações para a Vigilância Sanitária Hospitalar
- 4.1.25. SICAF: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
- 4.1.26. IN nº 3/2018: Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018
- 4.1.27. Simples Nacional: Regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas (Lei Complementar nº 123/2006)
- 4.1.28. IPCA/IBGE: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- 4.1.29. IMR: Índice de Medição de Resultados
- 4.1.30. SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
- 4.1.31. LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados
- 4.1.32. ANPD: Autoridade Nacional de Proteção de Dados
- 4.1.33. TR: Termo de Referência
- 4.1.34. CDC: Código de Defesa do Consumidor
- 4.1.35. Cadin: Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
- 4.1.36. PAR: Processo Administrativo de Responsabilização
- 4.1.37. CEIS: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
- 4.1.38. ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas
- 4.1.39. NBR: Norma Brasileira Registrada
- 4.1.40. INMETRO: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
- 4.1.41. RoHS: Restriction of Certain Hazardous Substances (Restrição de Substâncias Perigosas)
- 4.1.42. SRP: Sistema de Registro de Preços

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Condições e prazos para instalação

5.1.1. Para os equipamentos indicados no quadro do item 3.5, a instalação deverá ser feita pela licitante vencedora no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da entrega do equipamento, com agendamento prévio entre as partes, e em local indicado pela CONTRATANTE, sem ônus adicional posterior ao processo de aquisição, mediante o acompanhamento do Setor de Engenharia Clínica do CH-UFRJ/Ebserh, beneficiário desta aquisição. A instalação compreende, quando aplicável: a montagem do(s) equipamento(s), a realização de testes operacionais, a configuração de predefinições, e os ajustes que coloquem o(s) equipamento(s) em pleno funcionamento;

5.1.2. A obrigação da instalação do(s) equipamento(s) poderá ser dispensada mediante a autorização do Setor de Engenharia Clínica por meio de justificativa da dispensa por parte da CONTRATADA;

5.1.3. A instalação do(s) equipamento(s) deverá ser efetuada nas dependências do CH-UFRJ/Ebserh, nos endereços indicados no item 8.6.4.

5.1.4. A CONTRATADA deverá entrar em contato com o Setor de Engenharia Clínica em até no máximo 5 (cinco) dias úteis a partir da entrega para combinar a data de instalação.

5.1.5. As formas de contato podem ser: Telefone: (21) 3938-2411; Das 07:30-12:00 /13:00-15:30 em dias úteis;

5.1.6. A CONTRATADA terá direito a reagendar a instalação uma única vez contanto que siga os seguintes critérios:

5.1.6.1. Avisar, através dos contatos já disponibilizados, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência a necessidade de cancelamento;

5.1.6.2. Apresentar no mesmo contato de cancelamento a nova data sugerida para instalação;

5.1.6.3. A nova data de instalação, definida em razão de reagendamento, deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis contados da data do reagendamento, respeitado o prazo máximo previsto no item 5.1.1.

5.2. Das condições e prazos de treinamentos

5.2.1. Treinamento operacional

5.2.1.1. Todos os equipamentos indicados no quadro do item 3.5 estão sujeitos a treinamento operacional, facultando-se à contratada a dispensa de sua realização, desde que devidamente justificada sob o aspecto técnico, quando verificada a desnecessidade para a adequada operação do equipamento pelos usuários;

5.2.1.2. O treinamento do(s) equipamento(s) deverá ser efetuado nas dependências do CH-UFRJ/Ebserh, no endereço já disponibilizado, de forma presencial, não sendo admitidos treinamentos de forma remota;

5.2.1.3. O treinamento deverá ser ministrados por pessoa capacitada e devidamente certificada para o equipamento em questão;

5.2.1.4. O Treinamento Operacional, para os usuários do Corpo Clínico e equipe de Engenharia Clínica da CONTRATANTE, deverá ter como escopo itens como instruções operacionais, princípios de funcionamento, aplicações de uso, configurações de presets, montagem do equipamento e acessórios, limpeza e desinfecção, solução de problemas etc. Devendo atender aos seguintes requisitos mínimos:

5.2.1.5. Uma parte teórica, com detalhamento técnico do EQUIPAMENTO;

5.2.1.6. Uma parte prática a ser efetuada no próprio equipamento, buscando sedimentar sua correta utilização, os conhecimentos teóricos adquiridos, bem como identificar os defeitos mais comuns e suas prováveis soluções;

5.2.1.7. A Licitante deve fornecer um Certificado de Conclusão atestando a participação e o conteúdo do treinamento;

5.2.1.8. O prazo de treinamento terá início após a conclusão da instalação dos equipamentos;

5.2.1.9. A CONTRATADA deverá entrar em contato com o Setor de Engenharia Clínica em até no máximo 5 (cinco) dias úteis a partir da entrega para combinar a data do treinamento. As formas de contato estão descritas no item 8.6.3;

5.2.1.10. A CONTRATADA terá direito a reagendar o Treinamento uma única vez contanto que siga os seguintes critérios:

5.2.1.11. Avisar, através dos contatos disponibilizados neste instrumento, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência a necessidade de cancelamento;

5.2.1.12. Apresentar no mesmo contato de cancelamento a nova data sugerida para o treinamento;

5.2.1.13. A nova data não poderá ultrapassar o prazo de treinamento de 10 (dez) dias úteis desde a entrega do equipamento.

5.2.2. Treinamento técnico

5.2.2.1. Todos equipamentos do quadro do item 3.5 estão sujeitos a treinamento técnico, podendo ser excepcionalmente dispensado, mediante justificativa técnica formal, desde que comprovada sua desnecessidade;

5.2.2.2. Neste treinamento deverão ser fornecidos os manuais técnicos de serviço contendo diagramas esquemáticos, desenhos elétricos, eletrônicos, pneumáticos, mecânicos, com referência de peças para substituição.

5.2.2.3. Deverão ser fornecidas todas as senhas e softwares necessários para a manutenção dos equipamentos pela equipe da Engenharia Clínica do CH-UFRJ.

5.2.2.4. Este treinamento, bem como todas as despesas envolvidas no mesmo não terá custo adicional para o hospital.

5.2.2.5. O treinamento técnico deverá ser fornecido pelo fabricante do equipamento ou pela sua assistência técnica/representante técnico, desde que o conteúdo do treinamento não seja inferior ao conteúdo que o fabricante disponibiliza em seus treinamentos para suas assistências técnicas/representantes técnicos. Podendo este treinamento ser solicitado uma única vez a qualquer tempo dentro do período de garantia do equipamento.

6. REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO

6.1. Regime de execução

6.1.1. Quanto ao regime de execução, em conformidade com o art. 8º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0), será

adotada a contratação por Regime de Execução por Preço Unitário.

6.2. **Forma de fornecimento**

6.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado. A previsão é aplicável no âmbito do Sistema de Registro de Preços e decorrer do disposto no art. 13, inciso I e II, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

7. **NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

7.1. A **validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.2. A prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços poderá renovar os quantitativos a serem adquiridos, desde que haja acordo específico entre as partes. Inexistindo acordo entre as partes quanto à renovação dos quantitativos, a prorrogação apenas servirá à execução do saldo remanescente.

7.3. **Os contratos decorrentes da ata de registro de preços** terão vigência de 1 (um) ano, podendo serem prorrogados por interesse das partes até o limite de 5 (cinco) anos, a teor do que disciplina o art 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e art. 147, caput, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0).

7.3.1. Os contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0) somente poderão ser prorrogados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar por força do art. 150 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0).

7.3.2. Os contratos poderão sofrer alterações, por acordo entre as partes, nos termos do Art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 171 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DA ATA/CONTRATO**

8.1. **Emissão de Nota de Empenho:**

8.1.1. A EBSEH emitirá Nota de Empenho que serão encaminhadas ao fornecedor juntamente com uma Ordem de Fornecimento;

8.2. **Contrato:**

8.2.1. Após a emissão da nota de empenho, assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, a Contratada deverá indicar um preposto para comunicação e um e-mail para formalização e envio das Ordens de Fornecimento de Bens;

8.3. **Ordem de Fornecimento:**

8.3.1. A Ordem de Fornecimento será encaminhada, por e-mail, para a Contratada.

8.4. **Prazos de Entrega**

8.5. O prazo de entrega dos bens é de até 90 (noventa) dias para equipamentos nacionais e até 120 (cento e vinte) dias para equipamentos com importação devidamente comprovada, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento, conforme necessidade do CH-UFRJ/Ebserh.

8.6. **Dados para entrega:**

8.6.1. Os equipamentos deverão ser entregues nas unidades indicadas abaixo, conforme a destinação definida pela administração do Complexo Hospitalar da UFRJ/Ebserh. O recebimento será realizado mediante conferência física e documental, nos seguintes locais, dias e horários:

8.6.2. **Horário de recebimento:**

Segunda a sexta-feira, das 8h às 15h.

8.6.3. **Contatos para agendamento e esclarecimentos:**

Telefone: (21) 3938-2411

E-mail: stec.ch-ufrj@ebserh.gov.br

8.6.4. **Locais de entrega:**

CH-UFRJ/Ebserh - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF)

Unidade de Patrimônio

Rua Professor Rodolpho Paulo Rocco, 255 - Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21941-913

Telefone: (21) 3839-2411

CH-UFRJ/Ebserh - Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG)

Unidade de Patrimônio

Rua Bruno Lobo, 50 - Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21941-912

Telefone: (21) 3839-2411

CH-UFRJ/Ebserh - Maternidade Escola (ME)

Unidade de Patrimônio

Rua das Laranjeiras, 180 - Laranjeiras - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22240-006

Telefone: (21) 3839-2411

HUGG - Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (UNIRIO)

Unidade de Patrimônio

Rua Mariz e Barros, 775 - Maracanã - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20270-004

Telefone: (21) 2264-4053

8.7. **Condições de Entrega**

8.7.1. Os itens entregues deverão ser acompanhados da Nota Fiscal, que deverá conter, além dos itens obrigatórios pela legislação vigente, o número da Ordem de Fornecimento e o número da Nota de Empenho correspondentes, além de informações como: marca, nome do fabricante, número do lote, data de validade e a quantidade correspondente a cada lote.

8.7.2. Não serão recebidos materiais que apresentarem nas embalagens sinais de violação e/ou variação na estrutura, umidade,

inadequação em relação ao conteúdo.

8.7.3. Os materiais que se deteriorarem ou perderem suas características durante a validade ou vida útil, desde que em condições normais de estocagem, uso e/ou manuseio, deverão ser trocados no prazo determinado pelas unidades hospitalares contados da comunicação formal da Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoque

8.7.4. São de responsabilidade da Contratada as condições de conservação dos materiais entregues, abrangendo inclusive resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.

8.7.5. O armazenamento e o transporte dos materiais deverão atender às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela Anvisa ou respectivo órgão de controle competente.

8.7.6. Deverá constar na embalagem do material: nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor, procedência, nº do lote, prazo de validade, nº do registro no Ministério da Saúde.

8.7.7. Os materiais adquiridos pela Contratante poderão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue, a critério da unidade requisitante, que, conforme sua necessidade, poderá solicitar detalhamentos sobre as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade.

8.7.8. A fim de comprovar a qualidade do produto contratado, caso haja queixa técnica ou suspeita de irregularidade da Contratada, a Contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise.

8.7.9. Caso o material ofertado apresente suspeita de irregularidade, a Contratada deverá arcar com os custos da análise em laboratórios da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde).

8.7.10. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante; sendo que todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização, nos termos legais.

8.7.11. Os materiais recebidos estarão sujeitos a análise extemporânea e cancelamento da aquisição com vistas a ações de tecnovigilância realizadas pela Rede Ebserh em quaisquer de suas Unidades Hospitalares.

8.7.12. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá (ão) emitir notas fiscais de venda.

8.7.13. As informações contidas na Nota Fiscal/Fatura de Fornecimento deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de forma a facilitar a conferência.

8.7.14. Na nota fiscal deverá constar a descrição do material.

8.7.15. O produto importado terá que trazer em sua embalagem as instruções em português.

8.7.16. As embalagens terão que conter todos os dados referentes ao produto, como determina o Código de Defesa do Consumidor (fabricante, data de fabricação, lote, data de esterilização, prazo de validade, advertências, etc.), assim como o Registro junto ao Ministério de Saúde (Conforme Portaria nº 01, de 3/01/96).

8.7.17. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante. Exceção será feita àqueles produtos comprados em quantidade inferior a menor embalagem expedida pelo fabricante.

8.7.18. O CH-UFRJ/Ebserh reserva o direito de não receber produtos que sejam entregues:

8.7.19. em embalagens de papelão que contenham diversos produtos, ou seja, na mesma caixa materiais diferentes, não proporcionando uma condição boa de identificação e conferência no ato do recebimento;

8.7.20. em embalagens que apresentem sinais de violação ou que estejam em estado precário que levante dúvidas quanto à procedência do item.

8.8. **Controle e Fiscalização da Execução**

8.8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do acordo e cumprimento da legislação pertinente, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 161 a art. 167 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.

8.8.2. É facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização, desde que justificada a necessidade de assistência especializada, desde que a empresa ou o profissional contratado assuma a responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmando o termo de compromisso de confidencialidade e não podendo exercer atribuição própria e exclusiva de representantes da Ebserh, conforme o art. 161, §1º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.

8.8.3. Nos termos do art. 164, § 6º, do RLCE 2.0, caso haja Ordem de Fornecimento com valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a EFC deverá ser formada com pelo menos três membros titulares, sendo um necessariamente representante da unidade requisitante.

8.8.4. A verificação da adequação da entrega dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.8.5. A CONTRATADA deve indicar preposto, aceito pela Ebserh, para representá-la durante a execução do contrato/ata.

8.8.6. O objeto da ata de registro de preços será recebido:

- I - provisoriamente, pelo fiscal técnico do contrato/ata, para verificação da conformidade com as exigências contratuais;
- II - definitivamente, pelo gestor do contrato/ata, após validação dos demais integrantes da EFC, quando verificado o atendimento das exigências contratuais.

8.8.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

8.8.8. A fiscalização técnica das atas avaliará constantemente a execução do objeto podendo ser aplicadas as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência nos casos de descumprimento das obrigações contratuais ou de instrumento equivalente.

8.8.9. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de

sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh.

8.8.10. O objeto da prestação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com o Termo de Referência.

8.8.11. A fiscalização do contrato/ata será de competência e responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento está sendo plenamente cumprido, dentro das especificações e demais registros, bem como autorizar o pagamento das faturas, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

8.8.12. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.8.13. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato/ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.8.14. O fiscal deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura de Serviços devidamente atestada, ao Setor de Gestão Orçamentária e Financeira, em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, para que seja efetuado o pagamento. O atesto da NF/fatura somente deverá ser realizado após a conferência da entrega do(s) material(is).

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Pagamento

9.1.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.1.2. O valor do pagamento devido à CONTRATADA será apurado conforme especificado neste Termo de Referência.

9.1.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto da ata de registro de preços.

9.1.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

9.1.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.1.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.1.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.1.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

9.1.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.1.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.1.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.1.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.1.14. Será rescindido o contrato/ata em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.1.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.1.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.1.17. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária. Para a realização do cálculo do IPCA pode ser utilizada a Calculadora do Cidadão do Banco Central (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>).

9.1.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.1.19. A cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação, observadas as seguintes condições, conforme art. 31 da IN nº 3/2018 MP/SEGES.

9.1.19.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da adjudicatária, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a adjudicatária regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da EBSERRH, conforme incisos I e II do art. 31 IN nº 3/2018 MP/SEGES.

9.1.19.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a EBSE RH comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da adjudicada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela EBSE RH, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, conforme inciso III do art. 31 da IN nº 3/2018 MP/SEGES.

9.1.19.3. Persistindo a irregularidade, a EBSE RH adotará as medidas necessárias à anulação/cancelamento do empenho, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à adjudicatária a ampla defesa, conforme inciso IV do art. 31 da IN nº 3/2018 MP/SEGES.

9.1.19.4. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela EBSE RH, não será anulado/cancelado o empenho na situação irregular no SICAF, conforme inciso VI do art. 31 da IN nº 3/2018 MP/SEGES.

9.1.20. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado da seguinte forma:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9.1.21. **Índice de Medição de Resultados**

9.2. Durante a verificação da conformidade na entrega dos insumos, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

Indicador nº 1 - Entrega tempestiva dos equipamentos

Item	Descrição
Finalidade	Garantir a entrega dos equipamentos no prazo pactuado
Meta a cumprir	O prazo de entrega dos equipamentos será de 90 (noventa) dias para equipamentos nacionais e de até 120 (cento e vinte) dias para equipamentos com importação devidamente comprovada, a contar do envio da Ordem de Fornecimento.
Instrumento de medição	Documento com o registro da entrega dos equipamentos na Contratante
Forma de acompanhamento	Pela documentação comprobatória
Periodicidade	A cada envio de nota de empenho e/ou ordem de fornecimento
Mecanismo de cálculo	<p>(Dias percorridos) = (Data de entrega dos equipamentos) - (Data de recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento)</p> <p>* excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia do recebimento dos materiais</p> <p>** ex.: no caso de uma nota de empenho e/ou ordem de fornecimento enviada e recebida em 01/04/2025, com a entrega dos equipamentos realizada em 22/04/2025, o cálculo será: (22/04/2025 - 01/04/2025 = 21 dias percorridos)</p> <p>*** a quantidade de dias percorridos será comparada com o prazo de entrega estabelecido para a localidade da Contratante, de forma a identificar a eventual incidência de dias de atraso na entrega</p>

Início da vigência Assinatura da Ata de Registro de Preços / Contrato / Recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente

Faixas de ajuste no pagamento	a) Cumprido o prazo de entrega dos equipamentos: 100% do valor contratado
	b) Atraso de até 5 dias: 95% do valor contratado
	c) Atraso entre 5 e 10 dias: 90% do valor contratado
	d) Atraso acima de 10 dias: 85% do valor contratado
Sanções	O atraso acima de 10 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência.
Observações	Caso a nota de empenho e/ou ordem de fornecimento seja entregue parcialmente, o cálculo do IMR irá incidir sobre a parcela não adimplida
	As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto
	Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela contratante não serão contabilizados no IMR, ou seja, não

9.3. **Recebimento Provisório e Definitivo**

9.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 07 (sete) dias úteis, pelo responsável em acompanhar e fiscalizar o objeto, para efeito de verificação da sua conformidade diante das especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da notificação feita à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3.3. Em caso de constatação, a qualquer tempo, de desvios na qualidade, defeitos de fabricação ou alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações exigidas, a Contratada fica obrigada a substituir, às suas expensas, o produto defeituoso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação do vício do produto com a consequente notificação junto ao fornecedor.

9.3.4. As informações sobre os lotes e validades deverão constar na nota fiscal (NFE) e precisam convergir com o material entregue. Caso existam divergências, a Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) irá formalizar junto ao fornecedor a necessidade da Carta de Correção de informações, visto que é através das informações da nota fiscal que são tratados possíveis desvios de qualidade, notificações no vigihosp e/ou alertas de tecnovigilância e farmacovigilância.

9.3.5. Para entrega de lotes com validades inferiores as previstas no edital e/ou contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) poderá formalizar junto ao fornecedor a necessidade da Carta de Compromisso de Troca de material em caso de perda futura por validade vencida, caso venha a aceitar o material.

9.3.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.3.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. Podendo no recebimento definitivo, a carga ser recusada pela Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP), tanto de forma integral ou parcial, toda informação divergente do contrato ou ata, o fato gerador para a recusa, será formalmente registrado e comunicado ao fornecedor, respeitados os prazos inseridos no edital do processo licitatório.

9.3.8. A recusa da nota fiscal poderá ser feita devido a ausência de documentação exigível, negação por parte do fornecedor sobre a troca parcial, negação de emissão de cartas de correção e de Compromisso de Troca de material, ou mesmo por conta de demais não conformidades ocorridas durante as etapas do processo de recebimento.

9.3.9. Em caso de recebimento parcial da nota fiscal, a Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) poderá disponibilizar o material parcialmente recebido e atestado para utilização. Contudo, será estabelecido um prazo ao fornecedor para solução do problema. Caso o fornecedor não resolva a questão até o prazo estipulado, que poderá ser equivalente ao prazo regular de entrega do edital/contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) deverá proceder com a instrução de pagamento da nota fiscal ao fornecedor, com a glosa referente aos quantitativos e/ou produtos em não conformidade.

9.3.10. Para solução do problema, como melhores práticas, o fornecedor poderá entregar o material correto através de nota de simples remessa ou apresentar nota fiscal de devolução dos materiais e/ou quantidades não conformes da carga inicial. Caso o fornecedor se negue a entregar a nota fiscal de devolução a glosa é suficiente para solução do problema. Ainda mais, nos casos em que o fornecedor não realize o recolhimento do produto em até 45 dias, o hospital poderá dar fim a carga em desconformidade.

9.3.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata. Na entrega, será efetuada a conferência dos produtos, para verificação da conformidade destes com o constante na Nota de Empenho e nas exigências deste Termo de Referência.

9.4. **Das calibrações, qualificações e certificações**

9.4.1. Quando aplicável, também fará parte do recebimento técnico dos equipamentos os procedimentos de calibração (englobando todos os instrumentos e/ou parâmetros passíveis de calibração), qualificação (instalação, operação e desempenho) e/ou certificações.

9.4.2. Calibração é o conjunto de ações que visa assegurar a confiabilidade de um instrumento de medição por meio da comparação do valor aferido no equipamento com um Padrão, tendo como resultado um documento de Calibração individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido, assinado por Responsável Técnico e rastreável à Rede Brasileira de Calibração - RBC - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). Os documentos de Calibração devem estar em conformidade com a Norma ABNT Norma Brasileira (NBR) *International Electrotechnical Commission* (IEC) 17025:2005, e demais normas e/ou legislações aplicáveis correspondentes atualizações, e apresentar no mínimo as seguintes informações: os padrões utilizados com suas respectivas rastreabilidades, os pontos de aferição para cada parâmetro, os valores das leituras realizadas para cada ponto, o valor da média das leituras em cada ponto, a faixa de aceitação para cada ponto, a faixa da "média das leituras $\pm U_k$ " para cada ponto e o resultado da conformidade normativa (APROVADO ou REPROVADO) para cada ponto de aferição;

9.4.3. Qualificação da Instalação é a evidência documentada, fornecida pelo fabricante ou distribuidor, de que o equipamento foi entregue e instalado de acordo com as suas especificações;

9.4.4. Qualificação de Operação é a evidência documentada, fornecida pelo fabricante ou distribuidor, de que o equipamento, após a qualificação da instalação, opera dentro dos parâmetros originais de fabricação;

9.4.5. Qualificação de Desempenho é a evidência documentada de que o equipamento, após as qualificações de instalação e operação, apresenta desempenho consistente por no mínimo 03 (três) ciclos sucessivos do processo, com parâmetros idênticos, utilizando-se pelo menos a carga de maior desafio, determinada pelo serviço de saúde, tendo como resultado um documento de Qualificação de Desempenho individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido, assinado por Engenheiro Responsável Técnico e rastreável à Rede Brasileira de Calibração (RBC - INMETRO). Os documentos de Qualificação de Desempenho devem estar em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) ANVISA número 15 (quinze), de 15 (quinze) de março de 2012 (dois mil e doze), e apresentar no mínimo as seguintes informações: os padrões utilizados com suas respectivas rastreabilidades, os valores das leituras realizadas para cada ciclo, a faixa de aceitação para cada ciclo, e o resultado da conformidade normativa para cada ciclo de aferição;

9.4.6. Certificação: A certificação de equipamentos médicos é o processo formal pelo qual um dispositivo é avaliado para garantir que atenda a normas técnicas e regulatórias específicas, assegurando sua segurança, eficácia e qualidade

10. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A forma de seleção do fornecedor se dará por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, de acordo com inciso IV, art. 4º do RLCE 2.0 e pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, tendo sido demonstrada a existência de uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

11.1. Critério de Julgamento

11.1.1. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO por item (itens 1 a 15) e MENOR PREÇO por grupo (itens 16 a 20 para o grupo 1 e itens 21 a 24 para o grupo 2), observadas as exigências contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e seus anexos quanto às especificações do objeto.

11.2. Intervalo entre Lances

11.2.1. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,75%.

11.3. Modo de Disputa

11.3.1. O modo de disputa adotado para este certame será **ABERTO**, observado as especificações contidas no instrumento convocatório.

11.3.2. Apresentação de lance ou propostas de preços

11.3.3. O licitante deverá, obrigatoriamente, cadastrar sua proposta para todos os itens que compõe o grupo, e os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário de cada item, sendo imprescindível que todos os itens que compõem o grupo estejam dentro do valor de referência.

11.4. Condições de participação:

11.4.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:

a) as previsões constantes no art. 69 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;

b) a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;

c) o atendimento por parte do licitante ao art. 7º, XXXIII da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que prevê "*proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos*";

d) a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no art. 9º da [Instrução Normativa nº 03](#), de 2018;

e) o previsto no art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...) VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

11.5. Condições de Habilitação:

11.5.1. Habilitação - Jurídica:

11.5.1.1. Será exigida a documentação descrita no Edital.

11.5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

11.5.2.1. Será exigida a documentação descrita no Edital.

11.5.3. Qualificação Econômica e Financeira:

11.5.3.1. Será exigida a documentação descrita no Edital.

11.5.4. Qualificação Técnica:

11.5.4.1. Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE ou Autorização Especial - AE, conforme RDC 16/2014, expedida pela Anvisa, da empresa interessada, obtida mediante consulta ao Portal da Anvisa;

11.5.4.2. Em caso de distribuição ou revenda, a empresa deverá apresentar documento emitido pelo fabricante, por sua filial ou por subsidiária, que comprove a autorização formal para a comercialização do equipamento.

11.5.4.3. Todos os equipamentos, *softwares*, sistemas, partes, peças e acessórios ofertados deverão possuir, quando aplicável, Registro de Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) válido. Caso algum equipamento, *software*, sistema, parte, peça ou acessório, não seja passível de registro na ANVISA, caberá ao Proponente demonstrar isto apresentando documento emitido pela ANVISA.

11.5.4.3.1. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do art. 12 da [Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976](#).

11.5.4.3.2. Não será aceito número de protocolo de processo de solicitação de Registro/Isenção de Registro ou documento provisório para o mesmo fim;

11.5.4.3.3. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.

11.5.4.3.4. Será exigido atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, indicando que a proponente já forneceu equipamentos em características similares e com **15% (quinze por cento)** do quantitativo do objeto da presente licitação para Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) público e/ou privado.

11.5.4.3.5. No caso de grupo, o(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) fazer referência ao item principal. Para este Termo de Referência, será considerado equipamento principal o primeiro item de cada grupo.

11.6. **Proposta**

11.6.1. A licitante deverá apresentar proposta em que conste explicitamente a **marca e o modelo do Item ofertado**, além do número de Regularização do Produto junto à ANVISA ou comprovante de Produto Não Regulado pela ANVISA. Não será aceito número de protocolo de solicitação de Regularização de Produto junto à ANVISA.

11.6.1.1. A Ebserh poderá verificar junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) se os produtos ofertados são passíveis de regulação sanitária, de acordo com a legislação em vigor, em especial, Lei número 6.360 (seis mil trezentos e sessenta), de 23 (vinte e três) de setembro de 1976 (um mil novecentos e setenta e seis), Lei número 6.437 (seis mil quatrocentos e trinta e sete), de 20 (vinte) de agosto de 1977 (um mil novecentos e setenta e sete), Decreto número 8.077 (oito mil e setenta e sete), de 14 (quatorze) de agosto de 2013 (dois mil e treze), e RDC ANVISA número 185, de 22 (vinte e dois) de outubro de 2001 (dois mil e um).

11.6.2. O Proponente deverá apresentar a documentação com a descrição técnica detalhada dos equipamentos, sua funcionalidade, suas características físicas, elétricas e de desempenho, e demais informações necessárias para demonstrar as características do produto, conforme Registro de Produto na ANVISA.

11.6.3. As especificações técnicas deste edital estabelecem as características mínimas a serem atendidas pelos equipamentos ofertados. As empresas Proponentes deverão obrigatoriamente descrever e detalhar todos os seus equipamentos, partes, componentes, *softwares* e acessórios em sua proposta comercial devendo todas as suas características serem comprovadas em manuais, catálogos e *datasheets* apresentados. Deve ainda, informar obrigatoriamente marca e modelo e o *part-number*, quando aplicável, de todos esses.

11.6.4. Em caso de divergência entre o descritivo do CATMAT e do Termo de Referência, prevalecerá o descritivo do Termo de Referência.

11.6.5. Não serão aceitos equipamentos com modulações ou variações, ou seja, equipamentos que sofram transformações ou adaptações em suas configurações sem que haja um padrão, conforme manual registrado na ANVISA, apenas para atender o edital.

11.6.6. A licitante deverá apresentar o documento "Instruções de Uso" (Manual) do Item ofertado para comprovação das especificações técnicas, devendo este documento ser o registrado na ANVISA quando tratar-se de Produto Registrado neste órgão;

11.6.7. Quando tratar-se de Produto Regulado pela ANVISA a licitante poderá, para comprovação das especificações técnicas, além do documento "Instruções de Uso" (Manual) do item ofertado apresentar também documentação técnica complementar registrada na ANVISA, não sendo aceito documento não registrado na ANVISA para comprovação das especificações técnicas quando o item ofertado tratar-se de Produto Registrado neste órgão.

11.6.8. Serão considerados como documentação técnica os manuais e relatórios técnicos dos fabricantes, aprovados e integrantes dos processos de registro de produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de acordo com a legislação sanitária em vigor em especial, Lei nº 6.360 (seis mil trezentos e sessenta), de 23 (vinte e três) de setembro de 1976 (um mil novecentos e setenta e seis), Lei número 6.437 (seis mil quatrocentos e trinta e sete), de 20 (vinte) de agosto de 1977 (um mil novecentos e setenta e sete), Decreto número 8.077 (oito mil e setenta e sete), de 14 (quatorze) de agosto de 2013 (dois mil e treze), e RDC ANVISA número 185 (cento e oitenta e cinco), de 22 (vinte e dois) de outubro de 2001 (dois mil e um).

11.6.9. Declaração em papel timbrado do Proponente fazendo referência à presente Compra Centralizada, declarando que, caso seja a vencedora, possui e/ou, até a assinatura do contrato, possuirá rede de assistência técnica em todo o território nacional, treinada, certificada e credenciada pelo fabricante e que prestará assistência técnica durante a instalação e o período de garantia, incluindo: equipamentos, partes, peças, acessórios, *software* e serviços de engenharia, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

11.6.10. Declaração em que conste o endereço (caso possua) de assistência técnica à solução, bem como o número telefônico e e-mail para chamados técnicos.

11.6.11. Todos os equipamentos, *softwares*, sistemas, partes, peças e acessórios ofertados deverão possuir, quando aplicável, Registro de Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Caso algum equipamento, *software*, sistema, parte, peça ou acessório, não seja passível de registro na ANVISA, caberá ao Proponente demonstrar isto apresentando documento emitido pela ANVISA.

11.6.12. Declaração, assinada pelo Responsável Técnico e/ou Legal da Empresa, garantindo que possui e/ou possuirá após a instalação dos equipamentos: assistência técnica, treinamento de operação, treinamento de manutenção, calibração, manutenção preventiva, manutenção corretiva, peças de reposição, material de consumo e compromisso de se apresentar quando solicitado, justificativa de preços praticados no mercado correspondentes às partes e peças dos equipamentos da proposta durante a vida útil do equipamento.

11.6.13. As propostas deverão contemplar todos os testes operacionais, de desempenho, qualificações (instalação, operação e desempenho), certificações e/ou calibrações exigidos pelas normas técnicas vigentes, garantindo a conformidade e a plena funcionalidade dos equipamentos. Para a realização desses procedimentos o fornecedor deve prever todos os materiais e/ou insumos, com data de validade que não esteja expirada na data de execução do serviço.

11.7. **Fornecimento de amostras:**

11.7.1. Poderão ser solicitadas amostras para avaliação técnica. As amostras deverão ser entregues, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da solicitação do pregoeiro, de segunda a sexta-feira de 08:00 às 16:00, no Setor de Engenharia Clínica do Hospital Universitário apontado em diligência.

11.7.2. Após a avaliação realizada, as amostras deverão ser retiradas, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro.

11.7.3. A justificativa para solicitação das amostras se deve pela impossibilidade de avaliação técnica completa apenas através da documentação entregue pelo fornecedor. Os equipamentos indicados possuem características e aspectos de desempenho e operação que só podem ser avaliados *in loco*.

11.7.4. No caso de solicitação de amostra para validação técnica, como condição mínima exigida para a realização da demonstração cabe às empresas:

11.7.4.1. Fornecer acessórios necessários para a realização da demonstração;

11.7.4.2. Fornecer assessoria técnica durante o período de testes do equipamento; o tempo requerido para a realização dos testes será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data final estabelecida para a instalação do equipamento.

11.7.4.3. Se houver mais de um equipamento para avaliação, a área técnica estabelecerá um cronograma junto aos fornecedores para assegurar que todos os equipamentos sejam igualmente avaliados, pela equipe técnica responsável pelos testes.

11.7.4.4. Se o teste não for realizado no prazo definido, em razão de problemas no equipamento, de responsabilidade da empresa licitante, sua proposta será desqualificada.

12. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO

12.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 7º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

12.2. Os preços estimados da contratação foram estabelecidos mediante ampla pesquisa de preços.

13. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

13.1. Das Obrigações da Contratante

13.1.1. São obrigações da Contratante:

13.1.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.1.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.1.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

13.1.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

13.1.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.2. Das Obrigações da Contratada

13.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.2.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: descrição do objeto, marca/modelo, unidade de medida, quantidade do item, valor unitário e total do item e prazo de garantia ou validade;

13.2.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

13.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.2.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

13.2.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, caso seja necessário celebrar contrato.

13.2.8. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

13.2.9. Atender, em qualquer tempo, as solicitações para fornecimento de amostras dos produtos, formuladas pela Contratante, para análise da qualidade dos produtos;

13.2.10. Substituir de forma automática o produto recusado pela Contratante, que o avaliará segundo as exigências contratuais e demais condições do processo, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data do recebimento da notificação, correndo por sua conta e risco as despesas totais decorrentes da devolução dos lotes recusados; Pedidos de extensão de prazo poderão ser analisados pela Equipe de Fiscalização;

13.2.11. Efetuar, por sua conta e ônus, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da comunicação, a troca dos produtos que se deteriorarem ou perderem suas características, respeitadas as condições de estocagem e o prazo de validade dos produtos; Pedidos de extensão de prazo poderão ser analisados pela Equipe de Fiscalização.

13.2.12. Cumprir todas as obrigações deste Termo de Referência, bem como todas as exigências contidas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços, que sejam de inteira competência do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO.

13.2.13. Ter em seus estoques quantitativos suficientes para atender à Contratante, na forma e qualidades adequadas, de acordo com os parâmetros adotados pelo órgão fiscalizador oficial competente;

13.2.14. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.2.15. Manter, durante toda a vigência da Ata, a regularidade da empresa junto ao Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal). Conforme art. 20 da Lei n.º 14.973/2024 e art. 6º da Lei 10.522/2002, a existência de registro no Cadin, constitui fator impeditivo para: (i) realização de operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos, (ii) concessão de incentivos fiscais e financeiros, (iii) celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.

13.2.16. Não transferir a outrem por qualquer forma, mesmo que parcialmente, a obrigação da presente Ata de Registro de Preços, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

13.2.17. Assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação;

13.2.18. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do cumprimento da Ata de Registro de Preços;

14. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

14.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;

14.1.2. **Multa de:**

14.1.2.1. 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.1.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.1.2.3. 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.1.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor empenhado dos itens, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

14.1.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.1.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.1.4. A sanção prevista no subitem 13.1.1 poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.1.5. A sanção prevista no subitem 13.1.3 poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.1.6. Considerando o princípio da razoabilidade, as sanções de advertência e suspensão não podem ser aplicadas concomitantemente.

14.2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor empenhado do item
2	0,4% sobre o valor empenhado do item
3	0,8% sobre o valor empenhado do item
4	1,6% sobre o valor empenhado do item
5	3,2% sobre o valor empenhado do item

Tabela 2

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	MODO	GRAU
1	Deixar de indicar preposto para representá-la durante a execução da ata/contrato, caso aplicável	Por ocorrência	1
2	Deixar de prestar esclarecimentos, quando solicitados	Por ocorrência	1
3	Deixar de fornecer número de protocolo rastreável para acompanhamento do atendimento, quando da abertura do chamado, caso aplicável	Por ocorrência	2
4	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência, Ata, Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas	Por ocorrência	2
5	Deixar de realizar as manutenções preventivas e corretivas na periodicidade adequada	Por ocorrência	3
6	Deixar de entregar os bens no prazo fixado no Termo de Referência e seus Anexos, limitados a incidência de 15 dias	Por dia	2
7	Deixar de entregar os bens no prazo fixado no Termo de Referência e seus Anexos em prazo superior a 15 dias	Por ocorrência	5
8	Deixar de cumprir o prazo do atendimento técnico/assistência técnica ou cumpri-lo em desacordo com Termo de Referência, Ata, Contrato e demais anexos	Por ocorrência	4
9	Deixar de promover a substituição de peças/insumos/materiais defeituosas dentro do prazo máximo previsto no Termo de Referência, Ata, Contrato e demais anexos	Por ocorrência	5
10	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	Por ocorrência	5
11	Não manter documentos de habilitação exigidos no Termo de Referência e seus anexos	Por ocorrência	2
	Termo de Referência - SEI 61278574	SEI 23877.018126/2025-93 / pg. 26	Por

12	Fornecer equipamento com especificações técnicas divergentes das exigidas no Termo de Referência	ocorrência	3
13	Não realizar a instalação ou configuração inicial dos equipamentos, quando prevista	Por ocorrência	3
14	Não realizar o treinamento dos profissionais de saúde, quando previsto	Por ocorrência	3
15	Fornecer equipamento com defeito de fabricação ou com avarias físicas	Por ocorrência	4
16	Não apresentar laudos técnicos ou certificados exigidos (ex: INMETRO, ANVISA)	Por ocorrência	3
17	Não realizar calibração inicial dos equipamentos, quando exigida	Por ocorrência	3
18	Fornecer equipamentos com número de série ilegível ou adulterado	Por ocorrência	5
19	Não entregar manuais técnicos e operacionais em português	Por ocorrência	2

14.3. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- 14.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 14.3.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 14.3.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.3.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 14.3.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 14.3.8. não mantiver a proposta;
- 14.3.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.3.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

14.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

14.5.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.10. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no SicaF. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

15. **GARANTIA DA EXECUÇÃO (DO CONTRATO)**

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da contratação em tela condicionado à emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

16. **GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO**

16.1. **Sobre a Garantia dos Equipamentos:**

16.1.1. Para a solução envolvida na contratação, a CONTRATADA deverá prestar Garantia dos Equipamentos pelo período mínimo especificado, a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo - atestando o correto e pleno fornecimento do objeto contratado;

16.1.2. Durante todo o período de garantia a CONTRATADA compromete-se em prestar a Assistência Técnica para manter os equipamentos operando plenamente conforme suas respectivas Especificações Técnicas deste Termo de Referência, e os Manuais de Operação e Manuais de Serviço do respectivo fabricante;

16.1.3. Para efeito de cumprimento da garantia, quando da instalação dos equipamentos, a empresa CONTRATADA poderá utilizar método de lacre que garanta a identificação da violação dos equipamentos durante o prazo de garantia, obrigando-se a efetuar a troca a cada atendimento ao equipamento. Toda operação de lacre do equipamento, deverá ser identificada na respectiva ordem de serviço, com a assinatura datada do responsável pela unidade beneficiada, identificado no documento;

16.1.4. Durante todo o período de garantia, ficará a licitante responsável por vícios e/ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos, peças, acessórios e componentes, ou defeitos da criação de algoritmos de software/firmware, obrigando-se a reparar o dano e substituir as peças, acessórios, componentes, software e/ou firmware que se fizerem necessários, sem ônus;

16.1.5. Todas as partes, peças, acessórios, componentes e *softwares* dos equipamentos, exceto consumíveis de uso único, estarão sujeitas ao mesmo período de garantia dos equipamentos, desde que não tenham sido danificados por imprudência, devendo a CONTRATADA substituir as peças, acessórios, componentes e *softwares* que se fizerem necessário;

16.1.6. A garantia deverá ser prestada preferencial no local onde o equipamento foi instalado, porém, caso seja necessário o envio do equipamento para manutenção em outro local, todos os custos deverão ficar a cargo da CONTRATADA.

16.2. **Sobre a Assistência Técnica durante o período de garantia dos equipamentos:**

16.2.1. **Condições Gerais:**

16.2.1.1. Horário de Assistência Técnica compreende os dias/horários para usual prestação da Assistência Técnica, conforme disposto neste Termo de Referência;

16.2.1.2. Manutenção Corretiva é uma intervenção não previamente planejada, onde realiza-se um conjunto de ações destinada a corrigir uma falha ou degradação de um equipamento;

16.2.1.3. Chamado Técnico é a solicitação feita pela CONTRATANTE à CONTRATADA, dentro do Horário de Assistência Técnica, para atendimento de uma demanda de Manutenção Corretiva;

16.2.1.4. Atendimento Técnico é a presença de técnico da CONTRATADA, no local de instalação dos equipamentos, dentro do Horário de Assistência Técnica, para execução de uma Manutenção Corretiva demandada, tendo como resultado um documento de atendimento técnico individual, ou seja, por equipamento médico-hospitalar atendido. Poderá eventualmente ser considerado como primeiro atendimento técnico o atendimento remoto por parte do técnico da CONTRATADA;

16.2.1.5. Tempo Médio de Atendimento - TMA - é o período transcorrido, em dias, entre o Chamado Técnico e o primeiro atendimento técnico deste chamado e não deverá ultrapassar 5 (cinco) dias úteis.

16.2.1.6. Tempo Médio de Reparo - TMR - é o período transcorrido, em dias, entre o Chamado Técnico e a efetiva solução deste chamado.

16.2.1.7. Manutenção Preventiva é uma intervenção previamente planejada, onde realiza-se um conjunto de ações de intervalos predeterminados e de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação de um equipamento, tendo como resultado um documento de Manutenção Preventiva individual, ou seja, por equipamento médico-hospitalar atendido;

16.2.1.8. Para os equipamentos, entende-se por pleno funcionamento quando, após atendimento, estes estiverem operando conforme exigido por este Termo de Referência, e as demais funcionalidades idênticas às de fábrica;

16.2.1.9. Durante o período de garantia, ficará a contratada responsável por vícios e/ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos, peças, acessórios e componentes, ou defeitos da criação de algoritmos de software/firmware, obrigando-se a reparar o dano e substituir as peças, acessórios, componentes, software e/ou firmware que se fizerem necessários, sem ônus;

16.2.1.10. Durante o período de garantia é admitida a troca de equipamentos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE;

16.2.1.11. Durante o período de garantia, toda a documentação do equipamento deve ser atualizada pela CONTRATADA, e deve contemplar quaisquer revisões que ocorram nesse período;

16.2.1.12. Ao término da garantia, deverá ser fornecido, ao CONTRATANTE, um relatório técnico conforme disposições da ABNT NBR 15943:2011, em arquivo eletrônico em formato editável (.DOC e .XLS) com todos os chamados técnicos realizados no período, juntamente com um relatório analítico (com as informações citadas acima) e sintético (estatística por tipo de atendimento e relação de pendências).

16.2.2. **Condições Específicas:**

16.2.2.1. O Horário de Assistência Técnica deverá ser usualmente em dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, em horário comercial, porém poderá ser executado em outros dias e horários, mediante prévio acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

16.2.2.2. A solicitação de Chamado Técnico para a CONTRATADA implica no início da contagem do Tempo de Atendimento Técnico e Tempo de Solução Técnica;

16.2.2.3. O Tempo Médio de Atendimento - TMA - é calculado:

$$16.2.2.4. \text{TMA} = (\sum \text{TA}) / \text{N}$$

16.2.2.5. Onde:

16.2.2.6. TMA = Tempo Médio de Atendimento, em dias úteis.

16.2.2.7. TA = Tempo de Atendimento, é o período em dias úteis transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e o Primeiro Atendimento Técnico relativo a este chamado.

16.2.2.8. $\sum \text{TA}$ = Somatório dos Tempos de Atendimento das Ordens de Serviço Externas Executadas de Manutenção Corretiva.

16.2.2.9. N = Quantidade de Ordens de Serviço Externas Executadas de Manutenção Corretiva.

16.2.2.10. O Tempo Médio de Reparo - TMR - é calculado:

$$16.2.2.11. \text{TMR} = (\sum \text{TR}) / \text{N}$$

16.2.2.12. Onde:

16.2.2.13. TMR = Tempo Médio de Reparo, em dias.

16.2.2.14. TR = Tempo de Reparo, é o período em dias transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e a Execução da respectiva Ordem de Serviço deste chamado.

16.2.2.15. $\sum \text{TR}$ = Somatório dos Tempos de Reparo das Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva.

16.2.2.16. N = Quantidade de Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva.

16.2.2.17. Os atendimentos técnicos deverão ser realizados no local onde o equipamento foi instalado, portanto, durante o período de garantia, a CONTRATADA deve se programar para enviar um profissional técnico para realizar as intervenções necessárias, sem que isso gere ônus para a Administração Pública. Excepcionalmente, caso seja necessário o envio do equipamento para manutenção em outro local, todos os custos deverão ficar a cargo da CONTRATADA;

16.2.2.18. Para todo Atendimento Técnico deverá ser feito um documento de Atendimento Técnico, que deverá ser entregue à CONTRATANTE, constando no mínimo as seguintes informações:

- a) Identificação do Equipamento;
- b) Data e Hora do Início e Término do Atendimento Técnico;
- c) Descrição do(s) problema(s) encontrado(s);
- d) Descrição do(s) serviço(s) executado(s);
- e) Descrição de eventual(ais) pendência(s);
- f) Descrição de eventual(ais) peça(s) aplicadas(s);
- g) Status do Equipamento após o Atendimento Técnico;
- h) Nome/Assinatura do Responsável pelo Atendimento Técnico da CONTRATADA;
- i) Nome/Assinatura do Responsável pelo Aceite da CONTRATANTE.

16.3. Quando houver, nos Manuais de Operação e/ou nos Manuais de Serviço do Fabricante, orientação para realização de Manutenções Preventivas, as mesmas deverão ser integralmente abarcadas pela garantia dos equipamentos, devendo a CONTRATADA:

16.3.1. Acordar com a CONTRATANTE a agenda das Manutenções Programadas (preventivas, calibrações, etc) que serão executadas durante o período de garantia do equipamento, conforme manual de operação e manual de serviço do fabricante;

16.3.2. Fornecer, sob demanda, todos os itens com indicação de substituição nas Manutenções Preventivas definidas nos Manuais de Operação e/ou nos Manuais de Serviço do Fabricante (tais como baterias, células de oxigênio, filtros, kits de peças, válvulas, *coolers*, borrachas, mangueiras, *o-rings*, vedações e etc.);

16.3.3. Executar as Manutenções Programadas (preventivas, calibrações, etc) de acordo com as atividades e periodicidades indicadas nos Manuais de Operação e/ou nos Manuais de Serviço do Fabricante.

16.4. Conforme previsto no §1º do artigo 18 (dezoito) da Lei número 8078 (oito mil e setenta e oito), de 11 (onze) de setembro de 1990 (um mil novecentos e noventa) - Código de Defesa do Consumidor, durante o período de garantia, para equipamentos cujo Tempo de Solução Técnica ou Tempo Médio de Reparo exceda a 30 (trinta) dias, a CONTRATADA deverá efetuar a substituição do equipamento defeituoso, nos mesmos prazos de entrega e instalação pactuados neste documento, por outro equipamento novo, e de mesmo modelo, marca e especificação técnica apresentada, ou de tecnologia superior com a devida aprovação prévia da CONTRATANTE;

16.5. A CONTRATADA deverá assegurar a oferta de todos os componentes e todas as peças de reposição por um período mínimo de 10 (dez) anos a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

16.6. A CONTRATADA deverá assegurar a oferta de todos os componentes e todas as peças de reposição para a empresa de engenharia clínica contratada pela CONTRATANTE, para prestar serviços de manutenção corretiva, preventiva e calibrações nos equipamentos médico-hospitalares adquiridos por meio deste Termo de Referência;

16.7. **Da vigência da garantia**

16.7.1. A vigência da garantia será definida nas especificações e, quando não constar, adotar-se-á 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo e a garantia é integral de partes, peças e acessórios (consumíveis ou não);

16.7.2. A garantia extingue-se automaticamente ao término dos prazos mencionados neste Termo de Referência. Caso sejam efetuadas intervenções técnicas por terceiros no equipamento ou equipamentos complementares sem consentimento expresso da CONTRATADA, como, por exemplo, reparos ou modificações de circuitos a garantia será imediatamente extinta;

16.7.3. O reparo ou a substituição de parte do equipamento não prorroga nem interrompe o prazo da garantia definido neste instrumento;

16.7.4. A vigência da garantia poderá ser eventualmente estendida mediante as condições pactuadas, por exemplo, acréscimo de dias em que o equipamento ficou inoperante devido à responsabilidade da CONTRATADA.

16.8. **Escopo da garantia**

16.8.1. A garantia compreende todas as intervenções técnicas necessárias para o funcionamento dos equipamentos nas condições previstas nas suas especificações técnicas, normas, legislações e condições deste Edital. Para os equipamentos, entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, os equipamentos estiverem operacionais conforme exigido por este Termo de Referência, e as demais funcionalidades idênticas as das instaladas em fábrica;

16.8.2. Esta garantia não exclui materiais de consumo, sujeitos a desgastes naturais ou de deteriorações tais como: produtos químicos, pilhas secas, acumuladores, cabos de paciente em geral, lâmpadas, peças de borracha ou plástico de proteção, membranas, filtros de ar, dentre outros;

16.8.3. Estão excluídos desta garantia os defeitos ou danos decorrentes de:

- I - caso fortuito ou força maior;
- II - uso inadequado do equipamento;
- III - negligência ou imperícia, vandalismo ou imprudência;
- IV - infecções por malware (software malicioso, tais como worm ou vírus de computador, que danifica computadores);
- V - indenização por lucros cessantes, danos materiais, danos morais e acidentes pessoais.

16.9. **Das notificações de risco, recalls ou alerta de tecnovigilância:**

16.9.1. A CONTRATADA deverá notificar por escrito o CONTRATANTE, caso ocorra a necessidade de recall, alerta de tecnovigilância do

produto, ou emitido aviso de defeito relacionado a qualquer um dos equipamentos entregues, nos termos deste Termo de Referência.

16.9.2. A CONTRATADA deverá notificar o defeito, recall ou alerta de tecnovigilância ao CONTRATANTE no prazo de 5 dias, para os equipamentos e respectivos acessórios, a contar do primeiro anúncio do defeito, recall ou alerta de tecnovigilância, pelo fabricante ou organismo regulamentador, em qualquer país.

17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

17.1. A aquisição está alinhada à Política Ambiental da Ebserh, aprovada pela Resolução-SEI n.º 196, de 16 de dezembro de 2022, e publicada no Boletim de Serviço da Sede n.º 1456, de 16 de dezembro de 2022, que prevê entre os seus objetivos "incentivar e promover ostensivamente a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade ambiental e social aplicáveis nos processos de contratação para aquisição de bens e serviços, de modo claro e objetivo", e contempla critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, observando para cada tipo de objeto, as normas previstas no art. 5º do RLCE 2.0:

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

17.2. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do RLCE 2.0:

Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

I - adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;

II - adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;

III - coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

IV - implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;

V - elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;

VI - relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

17.3. A Política de Compras da Rede Ebserh (2ª versão) também estimula a realização de compras sustentáveis, conforme os critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social apresentados no art. 17:

Art. 17. As compras em Rede deverão observar critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social por meio dos seguintes aspectos:

I - uso racional de insumos através da padronização de produtos e bens que apresentam melhor custo benefício e responsabilidade ambiental;

II - análise do ciclo de vida do objeto (produção, distribuição, uso e disposição) para determinar a vantajosidade da contratação;

III - priorizar, sempre que possível, contratações que fortaleçam o desenvolvimento regional e local e que promovam a inclusão social; e

IV - buscar produtos e serviços que agreguem eficiência e uso racional no consumo de bens com baixo impacto sobre os recursos naturais, como fontes de energia, água e resíduos.

17.4. No que tange às práticas de sustentabilidade, o art. 7º, inciso XI, da Lei n.º 12.305/2010, estabelece que nas aquisições e contratações governamentais deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

17.5. Cumpre destacar, quanto aos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, as previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2010:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

§ 2º O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

17.6. Vejam-se, ainda, as previsões do [Decreto nº 7.746/2012](#):

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

17.7. O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

17.8. Por mais, para a presente aquisição, vislumbra-se que há observância dos critérios de sustentabilidade social e econômica. A social se revela com a adoção de práticas que garantem equidade, inclusão e melhoria na qualidade de vida da sociedade por meio da oferta e acesso dignos a serviços de saúde. No presente caso, esta aquisição resguarda os direitos sociais dos usuários do SUS, tendo em vista garantir a aquisição de Equipamentos médico-hospitalares e assistenciais.

17.9. Por fim, quanto a sustentabilidade econômica, observa-se que esta é adotada nesta contratação, pois observa-se uma gestão eficiente com os recursos econômicos os direcionando para desenvolvimento intersetorial equilibrado.

18. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES

18.1. Havendo concordância entre as partes para a renovação da vigência da Ata de Registros de Preços, os quantitativos também serão renovados. O reajuste seguirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do período da vigência. Os contratos oriundos de ARP, também serão reajustados com base no IPCA.

19. DIVULGAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Em observância ao art. 9º do Decreto 11.462/2023, será divulgada Intenção de Registro de Preços, com prazo de 8(oito) dias úteis para que os órgãos e entidades manifestem interesse em participar do processo licitatório, sendo que poderão ser recusados os pleitos, de forma justificada, que forem de quantitativos considerados ínfimos; de inclusão de novos itens; de itens de mesma natureza com modificações em suas especificações ou que, em razão da localidade do órgão ou entidade participante, não há vantajosidade ou pleitos extemporâneos.

19.2. De acordo com o art. 8º do Decreto 11.462/2023, o órgão ou entidade participante deverá encaminhar a estimativa de consumo com a devida memória de cálculo e o local de entrega, assim como:

19.3. especificações do item ou do termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar;

19.4. garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

19.4.1. manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

19.4.2. tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

19.4.3. assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

19.4.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

19.4.5. aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na

ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e

19.4.6. prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

19.4.7. auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do **caput** do art. 7º do Decreto 11.462/2023;

19.4.8. solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o inciso I do art. 8º do Decreto 11.462/2023 e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;

19.5. Por força do art. 8º, inciso III do Decreto 11.462/2023, caberá ao órgão participante encaminhar, junto com sua concordância ao Termo de Referência do Órgão Gerenciador, a pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais ou regionais;

19.6. Cumpre destacar que **não será possível incluir novos itens ao pregão nem alterar os descritivos dos itens já estabelecidos**, uma vez que a fase de definição do objeto encontra-se consolidada e aprovada, garantindo-se, assim, a padronização e a isonomia entre os participantes.

19.7. Adicionalmente, a participação nesta Intenção de Registro de Preços ficará restrita aos órgãos e entidades localizados na **região Sudeste**, tendo em vista que a logística de fornecimento e entrega dos bens/serviços representa fator determinante para a economicidade do certame. Tal restrição busca evitar acréscimos de custos significativos decorrentes do transporte para regiões mais distantes, assegurando maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Em se tratando de licitação processada por SRP, não é preciso indicar a dotação orçamentária já no termo de referência, uma vez que tal indicação somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 17 do Decreto n.º 11.462/2023.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

21.1. Da Subcontratação

21.2. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

21.3. Em relação a possibilidade de participação de empresas consorciadas para a execução do objeto, a equipe de planejamento optou por não utilizar esse mecanismo pelos seguintes motivos:

21.4. A utilização de consórcios para a execução é um mecanismo utilizado para aumentar a competitividade ou tornar viável quando se trata de obras de grande vulto ou de alta complexidade. No caso deste Termo de Referência não existe essa necessidade, pois o objeto não possui características de alta complexidade ou de necessidade de utilização de tecnologias de domínio restrito.

22. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato/ata; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato/ata.

23. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

23.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

23.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

23.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

23.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

23.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

23.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

23.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

23.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

23.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

23.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

23.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

23.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

23.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

24. CESSÃO DE CRÉDITO

24.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

24.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

24.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

24.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

24.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

24.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

25. DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1. Considerando as orientações constantes no Ofício - SEI nº 73/2019/SCC/CAD/DAI-EBSERH [1530660], que trata da Concessão de Adesão a Ata de Registro de Preços - Acórdão TCU nº 3.353/2019 - 1ª Câmara, poderá ser concedida adesão à Ata de Registro de Preços quando o órgão ou entidade for contemplado pela Lei nº 13.303/2016 ou pertencer à Rede Ebserh, conforme preconiza o art. 89, § 1º, § 2º e § 3º do Regulamento de Licitações e Contratos Ebserh (RLCE):

§ 1º Poderá aderir ao sistema referido no caput, seja por participação na origem da licitação ou adesão à ata de registro de preços, qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016.

§ 2º As unidades hospitalares da Ebserh que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior podem aderir ao SRP da Ebserh durante o período de transição de gestão para a Unidade Gestora da Ebserh

§ 3º As licitações no âmbito do SRP serão preferencialmente precedidas do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, com prioridade para participação de outras unidades hospitalares da Ebserh.

25.2. De acordo com o art. 92 do RLCE 2.0 "A concessão de adesão a uma ata de registro de preços firmada pela Ebserh demanda a solicitação prévia de remessa de estudo, elaborado pelo órgão ou entidade que pretende aderir à ata, demonstrando ganho de eficiência, viabilidade e economicidade nessa contratação".

A diretriz de apreciação do estudo prévio do órgão que pretende aderir à ata de registro de preços está contida no Acórdão TCU nº 3.353/2019 - 1ª Câmara, direcionado à Ebserh:

"9.3.2. como órgão gerenciador, somente admita futuras adesões ao Grupo 1 da ata de registro de preços resultante do Pregão Eletrônico 4/2018, por outros órgãos e entidades não participantes, se estiverem devidamente justificadas, mediante a realização de estudo que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade na utilização da ata de registro de preços".

25.3. Diante do exposto e com vistas a implementar o fortalecimento e cooperação entre a rede e os Hospitais que compõe a Ebserh, estendendo-se para os demais órgãos submetidos ao regime das estatais, considerando ainda a vantajosidade para a Administração Pública, no tempo em que uma adesão à ata é um processo menos moroso que um processo licitatório comum.

25.4. O CH-UFRJ/EBSERH admitirá adesão à Ata de Registro de Preços quando o órgão ou entidade requisitante for contemplado pela Lei nº 13.303/2016 ou pertencer à Rede Ebserh, sempre mediante apresentação de estudo, elaborado pelo órgão ou entidade que pretende aderir à ata, demonstrando ganho de eficiência, viabilidade e economicidade nessa contratação em consonância com o art. 92 do RLCE 2.0.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo e tem abaixo como parte integrante:

27. ELABORAÇÃO

27.1. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade da Área Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Coordenador: Silvana Gomes Batista Teixeira - Analista Administrativo - SIAPE: 187****;

Integrante Técnico: Otávio Yamanaka Marin - Engenheiro Clínico - SIAPE: 341****;

Integrante Técnico: Leoncio Ladeira de Mendonça Neto - Engenheiro Clínico - SIAPE: 341****;

Integrante Administrativo: Márcio da Cruz Alvaro - Analista Administrativo - SIAPE: 343****.

Portaria nº 983/2025, de 30 de outubro de 2025 - alterada pela Portaria SEI nº 141/2026 de 27/02/2026(Doc. SEI nº 58394539)

28. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

28.1. De acordo.

28.2. Diante da necessidade dos serviços exposta e da manifestação da área técnica, corroboro a avaliação de que a aquisição de

Equipamentos médico-hospitalares (EMH) e assistenciais, inclusive quanto a forma de seleção de fornecedor, representa a alternativa mais factível para suprir à realidade de demandas e as necessidades do CH-UFRJ/Ebserh;

28.3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos;

28.4. Encaminhe-se à Unidade de Licitações para continuidade da instrução processual.

(assinado eletronicamente)

ROBERTA RODRIGUES COELHO
Superintendente Administrativo - CH-UFRJ/EBSERH
Portaria - SEI nº 589, de 21 de outubro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **SILVANA GOMES BATISTA TEIXEIRA, Analista Administrativo**, em 26/05/2026, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leoncio Ladeira de Mendonça Neto, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 26/05/2026, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61278574** e o código CRC **0BCAB13B**.

Referência: Processo nº 23877.018126/2025-93 SEI nº 61278574